



CCDR
ALENTEJO

Boletim Trimestral 31



Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional



A evolução tecnológica e a digitalização possibilitam avanços consideráveis em termos de eficiência dos recursos, promovendo uma agricultura inteligente em termos ambientais e climáticos, que reduza o impacto das explorações agrícolas no ambiente e no clima, reforce a resiliência e a saúde do solo e reduza os custos para os agricultores. Temos ao nosso alcance inovações em vários domínios (agronómico, soluções baseadas na natureza, agricultura vertical, zootecnia, biológico, tecnológico, digital, organizacional e relacionados com produtos) que podem servir a multifuncionalidade da agricultura e dos sistemas alimentares, contribuindo para o reforço da protecção ambiental. Na região Alentejo, as novas cadeias de valor do espaço rural, como as energias limpas, a bioeconomia emergente, a economia circular e o ecoturismo, oferecem boas oportunidades de crescimento e emprego.

Ficha Técnica

Propriedade

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Diretor

- Roberto Pereira Grilo

Diretor Executivo

- Joaquim Fialho

Conceção Gráfica e Paginação

- Gabinete de Comunicação

Colaboradores internos

- Amável Candeias
- Carlos Almeida
- Maria João Alface
- Nelson Faustino
- Teresa Godinho

Colaboradores externos

- Francisco Fragoso - Portugal Inovação Social
- Maria Margarida Ribeiro Pereira - Professora Coordenadora do IPBeja / Representante do IPBeja no Núcleo Regional de Combate à Desertificação

Edição

Dezembro 2018

Capa

Alentejo - Paisagem rural

Agradecimento

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Índice

4 Conjuntura Regional

8 Temas em destaque

Natalidade e Fecundidade no Alentejo no Século XXI

12 O Alentejo no Contexto da Estratégia Europa 2020

16 Desenvolvimento regional e Política de Coesão após 2020

18 Perspetiva 2020

Inovação social um novo rumo

22 Impacte das novas culturas agrícolas e do regadio na região Alentejo

28 O Alentejo no Contexto do Portugal 2020

Síntese de execução dos Programas Operacionais na Região - Situação a 30 de setembro de 2018

34 Programa Operacional Regional

Síntese da Execução do Alentejo 2020
Situação a 30 de setembro de 2018

40 Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional

Investimentos em destaque

Conjuntura Regional

3º Trimestre de 2018

O mercado de trabalho regional, no 3º trimestre, continua a revelar, à semelhança dos trimestres anteriores do corrente ano, uma evolução muito favorável, quer em comparação com o trimestre anterior, quer com o período homólogo.

Os indicadores manifestam, genericamente, uma variação positiva relativamente a ambos os períodos de referência (trimestre anterior e trimestre homólogo). São exceção, a evolução da população ativa que revela um ligeiro decréscimo de 0,5%, face ao período homólogo e a população desempregada inscrita nos serviços de emprego que revela um acréscimo de 4,5 milhares de desempregados inscritos naqueles serviços, face ao trimestre anterior (apesar do decréscimo de 19,1 milhares, face ao período homólogo).

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 3º Trimestre de 2018 - Mercado de trabalho

Indicador	3º Trimestre 2018	2º Trimestre 2018	3º Trimestre 2017	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Mercado de trabalho						
População Activa (Mil.)	347,4	344,3	349,1	-0,5	0,9	INE
População empregada por conta de outrém (Mil.)	324,6	320,5	323,2	0,4	1,3	INE
Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrém (€)	838	825	823	1,8	1,6	INE
Taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos de idade	56,2	55,6	56	0,4	1,1	INE
Taxa de desemprego (%)	6,6	6,9	7,4	-10,8	-4,3	INE
População desempregada (Milh.)	22,8	23,7	26	-12,3	-3,8	INE
População desempregada inscrita nos Serviços de Emprego (Mil.)	21,5	20,6	26,6	-19,1	4,5	IEFP

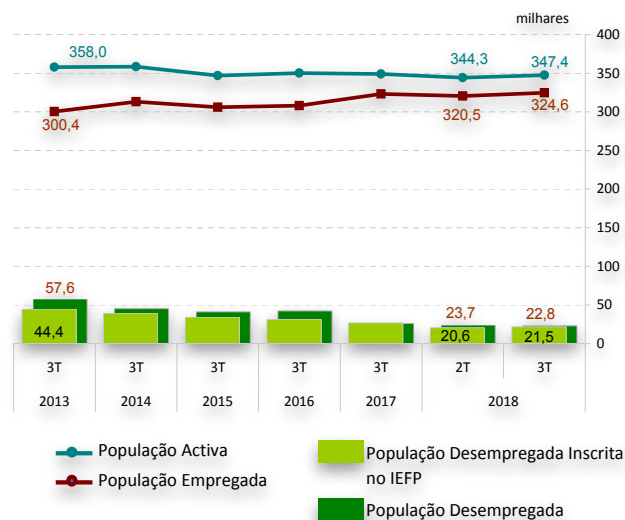
Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

Se se considerar a evolução da **população ativa** no período 2013/2018, verifica-se que não existem grandes discontinuidades, havendo, contudo, uma tendência ligeiramente decrescente. Há uma continuidade descendente que se traduz num decréscimo de 10,6 milhares de pessoas em idade ativa, entre o início e o final do período em análise.

Todavia, a **população empregada**, no mesmo período temporal, tem revelado uma tendência crescente que se traduz, entre 2013 e 2018, num acréscimo de 24,2 milhares de pessoas empregadas.

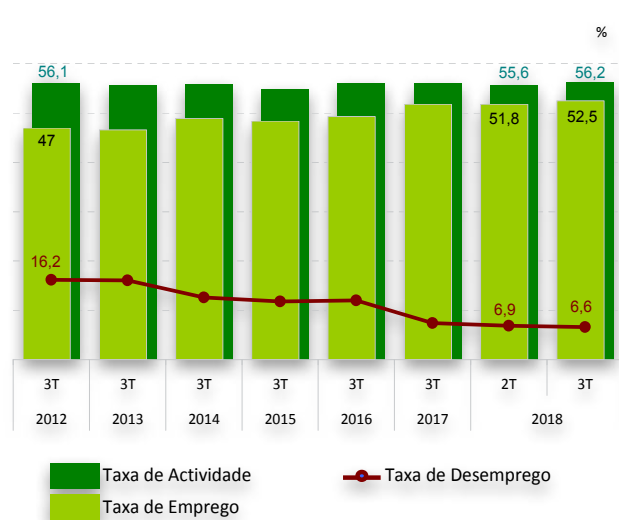


População Activa, Empregada e Desempregada Alentejo – Evolução de 2013 a 2018



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego; IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

Taxa de Actividade, de Emprego e de Desemprego Alentejo - Evolução de 2012 a 2018



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego

De salientar que a **população desempregada** passou de 57,6 milhares para 22,8 milhares, o que se traduz numa diminuição de 24,8 mil pessoas desempregadas. Os registos dos desempregados nos serviços de emprego, têm vindo a aproximar-se do número de pessoas desempregadas, ficando, no entanto, ainda aquém daquele valor, por haver pessoas desempregadas que ainda não se inscrevem naqueles serviços. De qualquer modo, também o decréscimo do número de inscritos como desempregados nos serviços de emprego, foi assinalável, tendo passado de 44,4 mil desempregados inscritos para 21,5 mil, traduzindo-se num decréscimo de 22,9 mil inscritos como desempregados.

Estes dados são consonantes com a **taxa de emprego** que tem vindo a crescer, após o ano 2013, chegando no 3º trimestre de 2018 ao valor de 52,5% e com a **taxa de desemprego** que por sua vez, tem vindo a diminuir, tendo chegado a 6,6% neste trimestre.

A **taxa de actividade** tem-se revelado praticamente contínua, com ligeiras oscilações, sendo em 2012 de 56,1% e no trimestre em análise de 56,2%.

Os indicadores de **habitação e turismo** também têm uma variação positiva, sendo de salientar o acréscimo na avaliação bancária dos alojamentos que no 3º trimestre de 2018 chegou a 1012€/m², o que se traduz num acréscimo de 42€/m², face ao período homólogo.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 3º Trimestre de 2018 - Habitação e Turismo

Indicador	3º Trimestre 2018	2º Trimestre 2018	3º Trimestre 2017	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Habitação e Turismo						
Licenças de construção (Nº fogos)	81	71	73	11,0	14,1	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m²)	1012	981	970	4,3	3,2	INE
Turismo - dormidas (Milhares)	212,5	181,7	201,1	5,7	*	INE
Turismo - proveitos totais (10³ €)	12622	10468	12032	4,9	*	INE

Fontes: INE - Infoline
* Variações sazonais

As licenças de construção revelam um acréscimo de 8 licenças para fogos, face ao período homólogo. Porém, apesar desta evolução positiva, a mesma não se reveste de grande significado, por estarmos perante a evolução de pequenos números.

Se se tiver em conta a evolução temporal destas licenças, verifica-se uma rutura em 2014, a coincidir ainda com a crise, tendo a partir daí revelado a tendência crescente, apesar da ligeira inflexão no 2º trimestre deste ano.

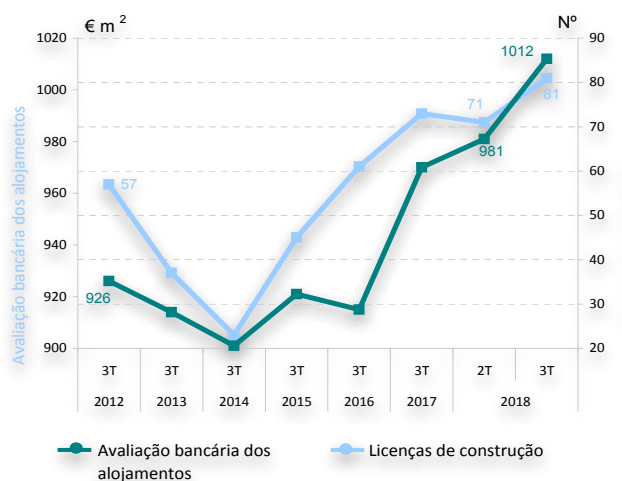
Já a avaliação bancária dos alojamentos tem verificado algumas inflexões no seu movimento ascendente (valor mais baixo em 2014), sendo que a partir de 2016, praticamente tem havido sempre acréscimo no valor do m2.

O **turismo** revela um acréscimo de cerca de 11 mil dormidas e de cerca de 586 mil € de proveitos, face ao período homólogo.

A tendência crescente destes dois indicadores tem sido uma constante desde 2013, tendo havido uma inflexão negativa no 2º trimestre de 2018, quer no número de dormidas, quer nos proveitos, o que foi recuperado neste trimestre.

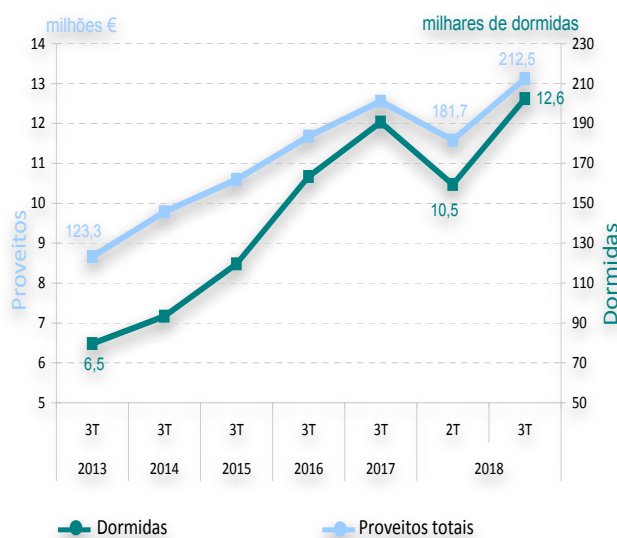
Quanto ao comércio, dando destaque aos indicadores **exportação/importação**, é de referir o decréscimo de exportações face ao período homólogo (apesar do acréscimo de 0,7% no trimestre), sobretudo no espaço europeu (denotando-se uma tendência de crescimento das exportações para mercados fora da Europa) e de um aumento das importações externas à Europa (quer face ao período homólogo, quer face ao trimestre anterior). Porém, as importações no espaço europeu diminuíram, o que induziu a um decréscimo global das importações.

Licenças de Construção e Avaliação bancária dos alojamentos – Alentejo - Evolução 2012 a 2018



Fontes: INE - Infoline

Dormidas e Proveitos da Actividade Turística Alentejo - Evolução 2013 a 2018



Fontes: INE - Infoline

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 3º Trimestre de 2018 - Exportação / Importação

Indicador	3º Trimestre 2018	2º Trimestre 2018	3º Trimestre 2017	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Exportação / Importação						
Exportações de bens (10 ⁶ €)	274,5	272,7	284,0	-3,3	0,7	INE
Exportações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	221,4	219,8	234,2	-5,5	0,7	INE
Exportações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	53,1	52,9	49,8	6,7	0,4	INE
Importações de bens (10 ⁶ €)	164,7	181,7	230,6	-28,6	-9,3	INE
Importações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	132,9	157,9	205,1	-35,2	-15,8	INE
Importações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	31,8	23,8	25,5	24,6	33,5	INE

Fonte: INE - Infoline

Em termos da evolução temporal, quer as importações, quer as exportações no espaço extra comunitário, têm um volume substancialmente inferior ao comércio intra comunitário, sendo que aquele revela uma ligeira tendência crescente e este decrescente, nomeadamente no que concerne às importações, dado que as exportações intra comunitárias, revelam, este ano, uma ligeira tendência crescente (valores superiores a 2015 e 2016).

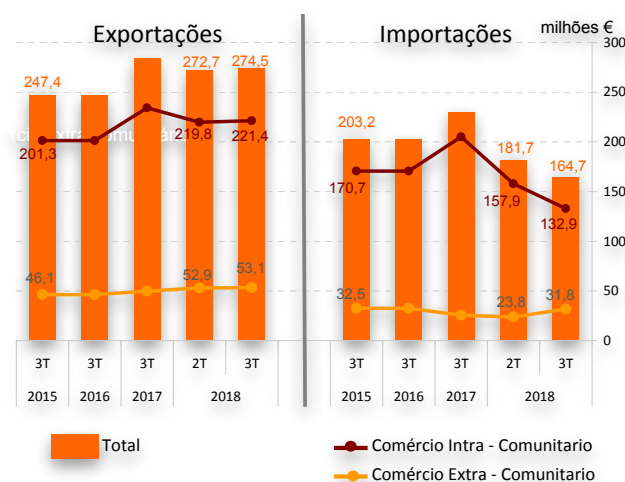


Relativamente ao tipo de bens importados e exportados na Região, os produtos minerais continuam a ter a posição dominante nas exportações, sendo que atualmente o valor de minerais exportados é bastante superior ao verificado em 2014, apesar de a partir de 2017 se verificar algum decréscimo. Os plásticos e borrachas ocupam a segunda posição nos bens exportados, com um valor de exportações superior ao verificado em 2014 e com uma ligeira tendência crescente. Os produtos industriais químicos ocupam o terceiro lugar nos produtos mais exportados, sendo o valor atualmente exportado superior ao verificado em 2014, mas inferior a 2017.

Quanto aos produtos que o Alentejo importa com maior valor, por ordem de grandeza, há a destacar o material de transporte, as máquinas e aparelhos e os plásticos e borracha.

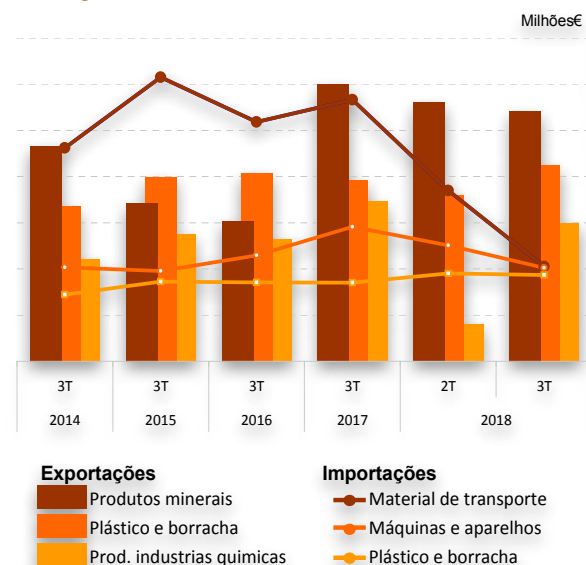
A destacar o facto do material de transporte, ter assumido uma posição descendente desde 2017, tendo atingido este trimestre os menores valores desde 2014. As máquinas e aparelhos, após terem atingido o valor de importações mais elevado em 2017, encontram-se praticamente ao nível de 2014. As importações de plástico e borracha, dos três produtos referenciados, são as que revelam uma tendência mais estável, dadas as variações menos significativas. Os valores atuais são ligeiramente superiores aos verificados em 2014 ■

Exportações e Importações de Bens - Comércio Intra e Extra-Comunitário - Alentejo - Evolução de 2015 a 2018



Fonte: INE - Infoline

Exportações e Importações por Tipo de Bens - Evolução de 2015 a 2018



Fonte: INE - Infoline

Tema em destaque

Natalidade e Fecundidade no Alentejo no Século XXI

Os nascimentos são os acontecimentos renováveis que estão na base dos fenómenos demográficos *natalidade* e *fecundidade*, principais responsáveis pela renovação populacional de uma região – a *natalidade* é um indicador que mede a frequência dos nascimentos que ocorrem no conjunto da população total de um país, enquanto que a *fecundidade* mede a frequência dos nascimentos que ocorrem no conjunto das mulheres em idade de procriar, entre os 15 e os 49 anos.

Quando analisada de forma retrospectiva, a principal característica da natalidade é o seu declínio, fenómeno que se iniciou no princípio do século passado. Este declínio, cuja manifestação é mais recente nos países menos desenvolvidos, deve-se a uma diversidade de factores (biológicos, sociais, e culturais), não existindo, por isso, uma unanimidade de opiniões, nem as investigações mais recentes apontam para uma explicação unanimemente aceite. Indiscutível é a relação que existe entre o declínio da fecundidade – para o qual pesam factores biológicos da mulher, as leis e costumes, o divórcio, a viuvez, a contracepção e o aborto, que por sua vez se relacionam com os factores económicos, sociais e culturais – e o envelhecimento das estruturas demográficas.

No Alentejo, na actualidade, registam-se menos 30,6% de nascimentos do que em 2001

No contexto da região Alentejo, se analisarmos o registo dos nascimentos desde o início do século XXI até ao presente, verificamos uma tendência consideravelmente descendente. Na actualidade, o registo anual dos nascimentos é inferior em cerca de 1600 crianças relativamente a 2001, o que representa uma quebra de 30,6%.

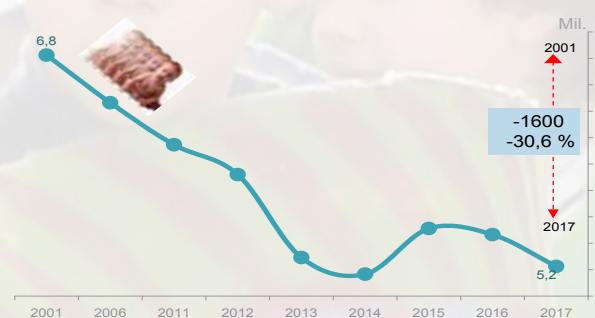
Mesmo assim, é possível identificar um período de recuperação dos nascimentos que correu entre 2014 e 2015. Este hiato sucedeu-se à quebra abrupta que se registou no início da crise económica e que correspondeu, certamente, a partos de mulheres que adiaram a procriação naquele período. Nos últimos 2 anos o declínio acentuou-se voltando a ocorrência de nascimentos aos valores mais baixos de sempre.

Um processo simples para medir a incidência da natalidade consiste na utilização da *Taxa Bruta de Natalidade*, indicador que relaciona os nascimentos ocorridos num determinado período de tempo com a população média existente nesse período.

Quando se compara a evolução da Taxa Bruta de Natalidade que se registou no Alentejo no século XXI com a que ocorreu em Portugal, é possível verificar que, ao longo do tempo, o Alentejo evidenciou sempre níveis inferiores à média nacional naquele indicador, pese em-

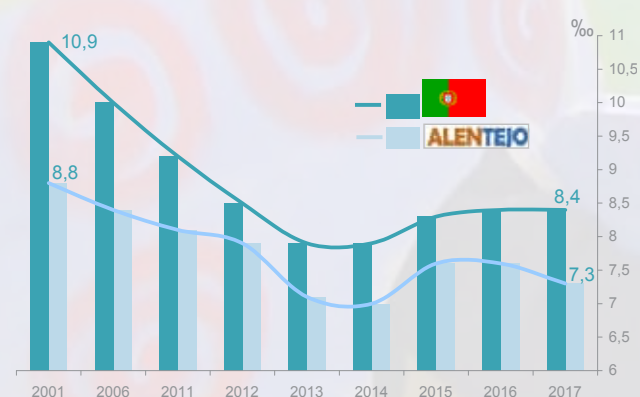
bora a evolução tenha sido semelhante, isto é: declínio desde o início do século, que se acentuou nos anos da crise, ao que se sucedeu uma recuperação nos anos 14/15, para posteriormente retomar o declínio, que se acentua até à actualidade.

Nascimentos no Alentejo – 2001 a 2017



Fonte: INE

Taxa bruta de natalidade / Alentejo vs Portugal – 2001 a 2017



Fonte: INE

Contudo, a comparação de realidades distintas baseadas na taxa bruta de natalidade não é muito correcta uma vez que este indicador é muito grosseiro já que não corrige o efeito das estruturas da população. Esta influência manifesta-se no facto de uma população com mais mulheres nas idades de procriar ter necessariamente mais nascimentos que outra onde esta subpopulação seja menor.

No Alentejo, a proporção de mulheres em idade de procriar (entre 15 e 49 anos) é bastante inferior à média nacional

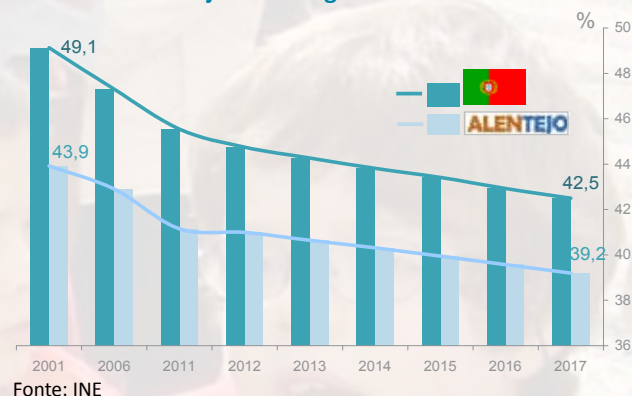
Sendo o Alentejo uma das regiões mais envelhecidas de Portugal e da Europa, a proporção de mulheres em idade de procriar tem sido sempre inferior àquela que se verifica quando se observa o nível geográfico de Portugal. Este facto condiciona, pela negativa, a dinâmica dos nascimentos. O envelhecimento da população portuguesa tem sido acompanhado por um decréscimo considerável da população feminina jovem e, consequentemente, das mulheres que se encontram em idade de procriar (dos 15 aos 49 anos).

No início deste século, em Portugal, aquele grupo de mulheres representava cerca de metade da população feminina (49,1%). Na actualidade corresponde apenas a 42,5%.

No Alentejo o declínio da proporção de mu-

lheres em idade fértil tem registado uma intensidade semelhante ao longo do tempo. No período em análise, aquele grupo passou de 43,9 para 39,2%.

**Proporção de mulheres em idade fértil (15-49 anos)
Alentejo vs Portugal – 2001 a 2017**



A fecundidade no Alentejo é inferior à nacional mas tem registado períodos com níveis superiores. Nasceram menos alentejanos, porque residem proporcionalmente menos mulheres em idade fértil (entre 15 e 49 anos).

É por isso que, na análise da fecundidade, se deve utilizar, em alternativa e de forma complementar, o indicador relativo à *Taxa de Fecundidade Geral*. Esta taxa relaciona os nascimentos ocorridos directamente com a população feminina no período fértil (15-49 anos). Uma observação da evolução deste indicador mostra-nos uma queda acentuada da fecundidade desde o início do século e em particular nos anos da crise, ao qual se sucedeu um período de recuperação, entre 2013 e 2016, para na actualidade voltar a cair.

Quando comparamos a *Taxa de Fecundidade Geral* do Alentejo com a média nacional, verificamos que, apesar de apresentar valores inferiores, tem alternado períodos em que supera os nacionais. Desta forma, os níveis de fecundidade da população alentejana, sendo inferiores aos da média de Portugal, não são

tão inferiores como os identificados quando se com olha para a *Taxa Bruta de Natalidade*. Isto é, nascem menos alentejanos, porque residem proporcionalmente menos mulheres em idade fértil no Alentejo.

**Taxa de Fecundidade Geral
Alentejo vs Portugal – 2001 a 2017**



Como o indicador *Taxa de Fecundidade Geral* apresenta ainda um grau de imprecisão significativo, uma vez que a fecundidade é também um fenómeno diferencial relativamente à idade, isto é, regista uma ocorrência maior nas mulheres mais jovens, há que recorrer a uma medida

da intensidade do fenómeno fecundidade. Para tanto, utiliza-se um indicador mais rigoroso e estandardizado que permite, por isso, comparações fidedignas entre realidades distintas, que é o *Índice Sintético de Fecundidade* (ISF), também conhecido por *Descendência Média* e que representa o número de *filhos nascidos por mulher*.

No Alentejo nascem 1,35 filhos por mulher, valor bastante inferior ao considerado como limite de substituição das gerações que é 2,1 filhos por mulher

Quando analisamos a descendência média das mulheres alentejanas ao longo deste século podemos verificar que, desde sempre, o número de filhos por mulher se encontra abaixo do limite mínimo considerado para a substituição das gerações que é de 2,1 filhos, valor que garante que um casal de progenitores assegura o nascimento de um filho masculino e de outro feminino.

A descendência média, que no Alentejo, no início do decénio, se situava em 1,37 filhos, tem vindo a descer, embora de forma descontínua, atingiu o valor mais baixo em 2013/14 (1,22). Na actualidade situa-se no 1,35 filhos por mulher.

Se compararmos com a média nacional, verificamos que a descendência média no Alentejo tem vindo a reduzir a diferença para menos que

se verificava no passado. Tem alternando mesmo períodos de valor superior, situando-se na actualidade num valor praticamente semelhante ao nacional (1,35 vs 1,37 filhos por mulher).

Índice Sintético de Fecundidade (nº de filhos por mulher)
Alentejo vs Portugal – 2001 a 2017



Fonte: INE

Se procurarmos perspectivar para o futuro a evolução da fecundidade, podemos basear a análise na observação do indicador: *Idade média da mulher ao primeiro filho*, que ajuda à compreensão das expectativas do aumento do número de filhos por mulher.

No Alentejo a idade média da mulher ao primeiro filho é inferior à média nacional (30,6 vs. 31,2 anos)

O aumento da participação da mulher no mercado de trabalho tem contribuído para o aumento da idade da mulher na maternidade. A análise da evolução daquele indicador mostra-nos que a idade média das mulheres ao primeiro filho tem vindo a aumentar significativamente acompanhando de forma inversa o declínio da natalidade. Mesmo assim, o Alentejo registou uma evolução menos intensa que a média do país e, na actualidade, apresenta um valor significativamente inferior à média nacional (30,6 vs. 31,2 anos).

Assim, é possível perspectivar que, no futuro, os valores da fecundidade no Alentejo possam vir a aproximar-se mais dos valores nacionais, se atendermos ao facto de as mulheres alentejanas que decidam aumentar o número de filhos serem mais jovens.

Idade média das mulheres ao primeiro filho
Alentejo vs Portugal – 2001 a 2017

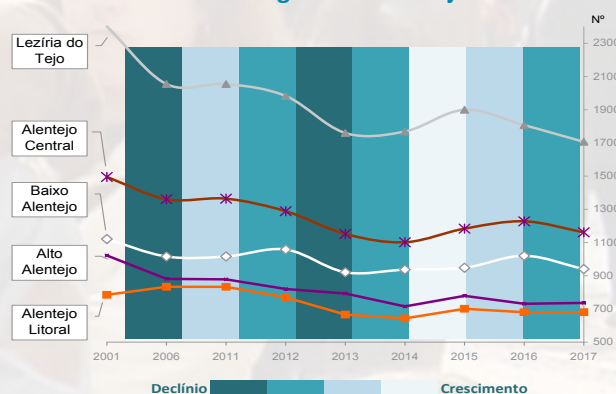


Fonte: INE

No âmbito sub-regional do Alentejo (NUTS III) a evolução da natalidade neste século não apresenta diferenças significativas nas diferentes sub-regiões

No âmbito sub-regional do Alentejo (NUTS III) a evolução da natalidade não apresenta diferenças significativas quer relativamente à região quer quando se comparam as diferentes NUTS III alentejanas, a saber: declínio continuado desde o início do século, com particular intensidade nos anos da crise económica de 2012 a 2014, seguido de uma recuperação, para no último ano voltar a decrescer para os níveis mais baixos de sempre.

Nascimentos nas sub-regiões do Alentejo 2001 a 2017



Fonte: INE

Corrigir a baixa fecundidade passa por políticas de promoção da natalidade e, especialmente, pela atracção população em idade activa.

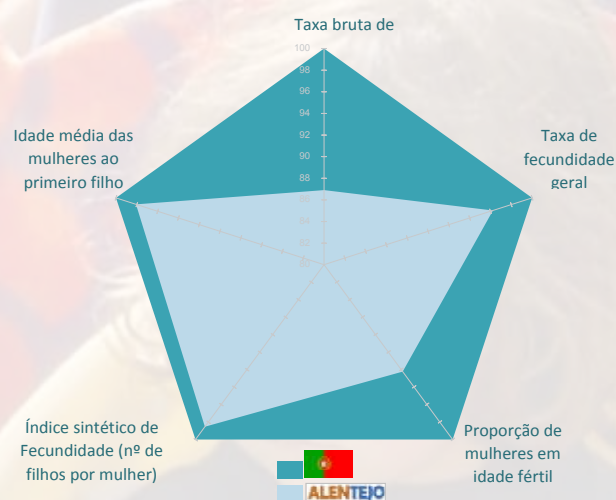
Q Em síntese, podemos concluir que a evolução da natalidade/fecundidade registada nos últimos anos na Região Alentejo tem acompanhado a tendência contínua de declínio verificada no país e na generalidade dos países mais desenvolvidos da Europa e Japão. Nos últimos anos a intensidade do declínio da fecundidade da população alentejana acentuou-se de tal forma que, no presente, esta Região apresenta já um dos níveis mais baixos da Europa. Os países europeus que nos últimos anos se caracterizaram por possuírem taxas de fecundidade muito baixas, já estão a inverter a situação, mercê de intervenções integradas, baseadas em estímulos e benefícios atribuídos à maternidade e a políticas de integração de migrantes.

Não sendo conhecidas todas as razões que estão por detrás do fenómeno do declínio da fecundidade, foi já possível compreender que ele está dependente de factores de ordem económica, social e cultural que, no contexto de uma sociedade extremamente competitiva como é a actual, se traduzem, ao nível familiar, numa redução do número de filhos, reflexo de uma preocupação de se conseguir um nível de acesso superior à formação e qualificação profissional por parte das novas gerações.

Os níveis de fecundidade que se registam na

Região Alentejo são bastante baixos pelo que é urgente a promoção de políticas de natalidade e de apoio à família com vista a estimular o aumento do número de filhos. Por outro lado, a solução para o problema da fecundidade no Alentejo passa também por atrair população em idade activa e fecunda do exterior, que ao contribuir para o aumento dos nascimentos provocará também um rejuvenescimento das estruturas demográficas ■

**Indicadores de Natalidade / Fecundidade
Alentejo vs Portugal – 2017**



Fonte: INE

Artigo da responsabilidade de Amável Candeias, Sociólogo, Mestre em Família e População, Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, CCDR Alentejo.

Tema em destaque

O Alentejo no Contexto da Estratégia Europa 2020

A Estratégia Europa 2020 constitui-se como uma visão da Europa para o crescimento e emprego para a atual década e baseia-se em três áreas prioritárias interdependentes e que se reforçam mutuamente:

- (i) um crescimento inteligente, desenvolvendo uma economia baseada no conhecimento e na inovação; (ii) um crescimento sustentável, promovendo uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos e competitiva;
- (iii) um crescimento Inclusivo, promovendo uma economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial.

Os progressos para alcançar estes fins serão avaliados, em função de cinco objectivos representativos a nível da UE, que os Estados-Membros traduzem em objectivos nacionais, tendo em conta os seus diferentes pontos de partida. Em Portugal definiram-se os seguintes objetivos:

- Investir pelo menos 2.7% do PIB em I&D
- Assegurar o emprego de 75% da população entre os 20 e os 64 anos;
- Reduzir a taxa de abandono escolar para menos de 10%
- Assegurar que pelo menos 40% da geração mais jovem disponha de um diploma do ensino superior;
- Cumprir os objectivos em matéria de clima/energia «20/20/20, redução de 20% das emissões de CO2 em 2020 face aos valores de 1990; aumento de 20% no consumo de energias renováveis em 2020 e utilização de pelo menos 10% de biocombustíveis nos transportes.

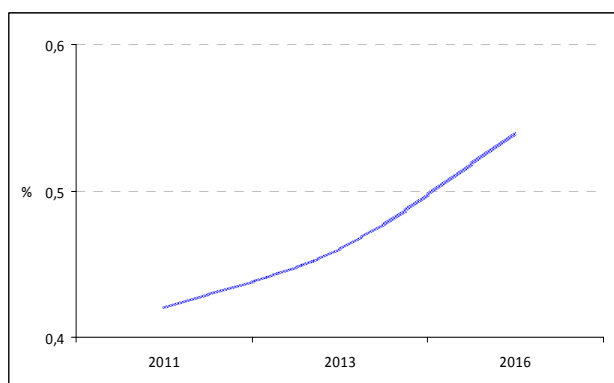
Neste contexto, revela-se a seguir a evolução dos indicadores que contribuem para estes objetivos, no território do Alentejo, sendo no entanto, de referir que não é feita menção ao último objetivo por falta de sistematização de indicadores regionalizados, nesta data.

Despesa em Investigação & Desenvolvimento e Inovação % do PIB

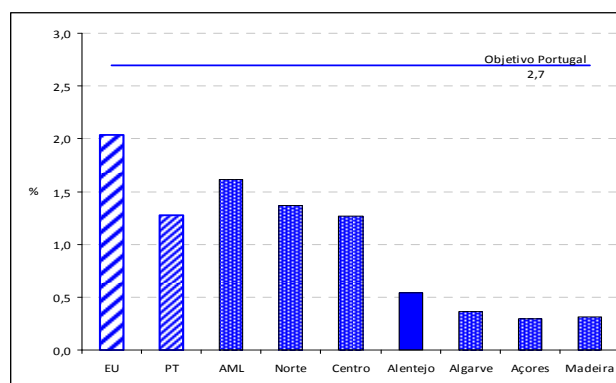
A análise deste indicador revela que a média da UE se encontra ainda abaixo da meta definida para Portugal. A nível nacional é a Área Metropolitana de Lisboa que revela uma posição de destaque, superior à média do país. Das três regiões de convergência do continente, o Alentejo ocupa a posição de maior desvantagem. No entanto, o Algarve e as Regiões Autónomas encontram-se ainda pior posicionadas. Concluímos que, a nível nacional, por ordem decrescente, o Alentejo ocupa a 4ª posição, superando o Algarve e as Regiões Autónomas, com um valor de 0.54%.

Porém, parece-nos importante destacar que embora a Região se encontre ainda muito longe do objectivo nacional, a proporção de despesa I&D no Alentejo tem mantido uma tendência crescente ao longo dos anos.

Alentejo



Europa, Portugal e NUTs II - 2016

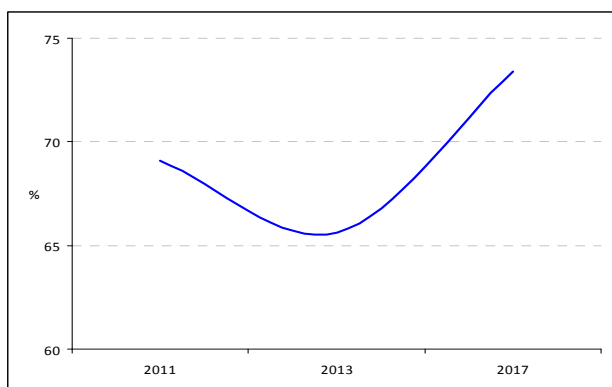




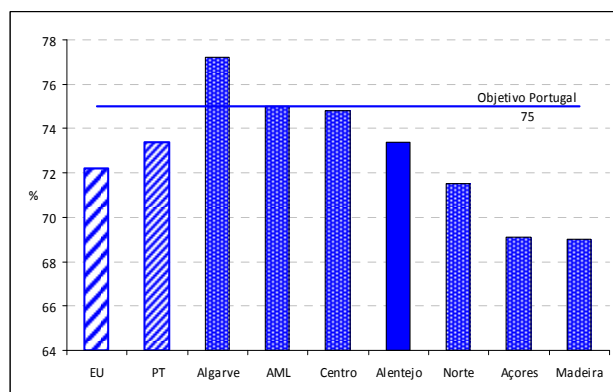
Taxa de emprego 20 - 64 anos

Após uma fase de redução na taxa de emprego do grupo dos 20 aos 64, coincidente com o período de crise que assolou o país, observa-se uma inflexão no sentido ascendente, que faz aproximar significativamente os níveis de emprego da Região, do objetivo definido para o país. O Alentejo, por ordem decrescente, encontra-se na 4ª posição entre as regiões nacionais e apresenta um valor de 73.4%, superando as taxas de emprego da região Norte, dos Açores e da Madeira.

Alentejo



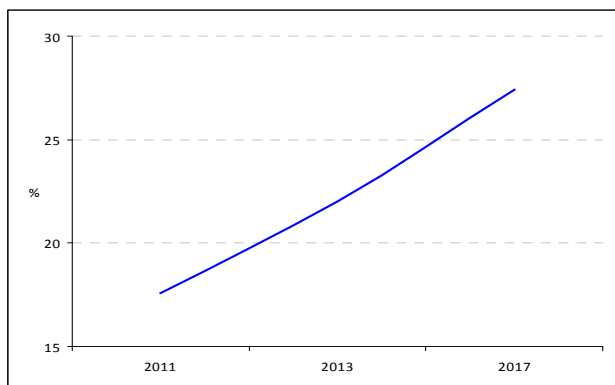
Europa, Portugal e NUTs II - 2017



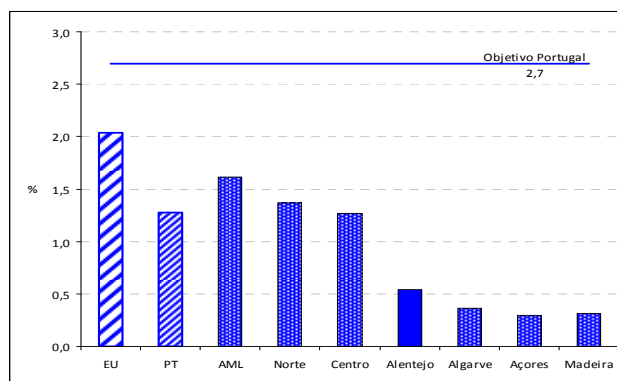
População com idades entre 30 e 34 anos com educação superior

De salientar a evolução positiva deste indicador, apesar da região se encontrar numa situação de desvantagem, face à média nacional.

Alentejo



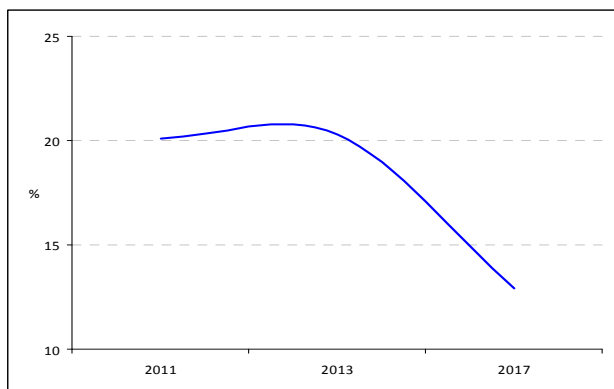
Europa, Portugal e NUTs II - 2017



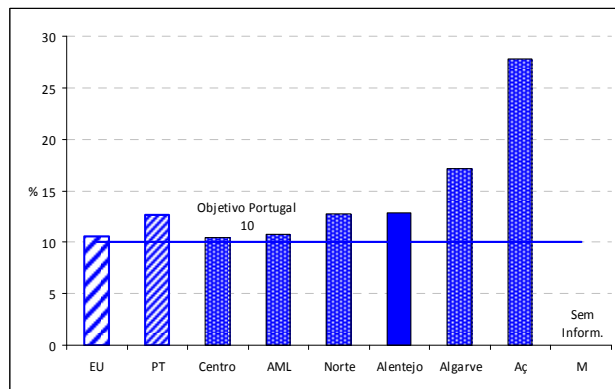
Abandono escolar da população entre 18 e 24 anos

Como complemento do indicador anterior, é de salientar que o abandono escolar da população entre os 18 e os 24 anos está com uma tendência acentuadamente decrescente, assumindo uma posição idêntica à média nacional e superando as outras regiões menos desenvolvidas do continente ■

Alentejo



Europa, Portugal e NUTs II - 2017



Artigo da responsabilidade de Maria João Alface, economista, Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, CCDR Alentejo.



Tema em destaque

Desenvolvimento regional e Política de Coesão após 2020

Apesar do esforço que tem sido desenvolvido ao longo dos anos na implementação e resultados da **Política de Coesão** e, apesar da economia da UE se encontrar numa fase positiva de recuperação, persistem ainda lacunas nos Estados-Membros, ou entre eles, o que justifica a continuidade do investimento nesta política.

Apesar de nos encontrarmos ainda num período de construção do próximo período de programação e haver ainda decisões que irão ser tomadas, podemos desde já salientar alguns pressupostos que em princípio estão decididos. No período de programação 2021-2027, os recursos continuarão a ser dirigidos para as regiões que necessitam de recuperar o seu atraso em relação ao resto da UE. Ao mesmo tempo, manter-se-á uma forte ligação directa entre a UE e as suas regiões e municípios.

No próximo período que se aproxima, prevê-se uma Política de Coesão que ajude todas as regiões a **modernizar a sua indústria** e a **investir na inovação** e na **transição para uma economia circular hipo carbónica**. Além disso, a Política de Coesão irá contribuir para criar um **ambiente favorável às empresas** na Europa, criando condições propícias **ao crescimento**, à **criação de emprego** e ao **investimento**.

Assim, os investimentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão irão ser afectados, essencialmente às seguintes áreas:

- Inovação;
- Apoio às tecnologias digitais;
- Apoio à modernização industrial;

Estes apoios abrangerão as pequenas empresas e, tendo em conta o acordo de Paris, destinar-se-ão, transversalmente, à transição para uma economia circular hipo carbónica e à luta contra as alterações climáticas. Em síntese, isto significa uma incidência fundamental na **inovação**, na **acção climática**, no **crescimento** e na **criação de emprego**.

Assim, a Política de Coesão colocará um forte enfoque em tornar as regiões mais inovadoras. Esta aposta requer o reforço da interacção entre as esferas locais, empresarial e académica e a criação de parcerias para investimentos inter-regionais na inovação.

Estas opções irão induzir a necessidade das regiões terem que desenvolver, actualizar e aperfeiçoar as suas estratégias de especialização inteligente, ou seja, as suas estratégias regionais de inovação baseadas em nichos de competitividade, antes do início do período orçamental 2021-2027. Isto irá igualmente ajudar a identificar recursos europeus adequados para financiar projectos inovadores e formar parcerias com outras regiões com vantagens semelhantes para criar pólos de inovação.

A iniciativa «Stairway to Excellence» consiste noutra forma de apoio da Comissão às regiões europeias para prepararem o futuro, com estratégias sólidas de inovação apoiadas pelos fundos da UE, no âmbito do próximo orçamento a longo prazo da UE para 2021-2027, no âmbito do novo programa «*Horizonte Europa*», em consonância com a *agenda renovada para a investigação e a inovação*.

Neste contexto, é expectável que no período pós 2020, a especialização inteligente venha a ter uma maior importância, face ao actual período de programação. Para a definição das novas estratégias e para o seu sucesso, será essencial apostar-se em mais parcerias e essencialmente numa maior apropriação das próprias estratégias. Isto será tanto mais importante, quanto as regiões precisem de recuperar.

A Política de Coesão irá continuar a investir em todas as regiões em que se continua a registar um atraso em termos de crescimento ou de receitas, uma vez que muitas delas em toda a Europa – incluindo nos Estados-Membros mais prósperos – continuam a existir dificuldades face à transição industrial, na luta contra o desemprego ou para se manterem a passo com uma economia globalizada.

O principal critério para a repartição de fundos continuará a ser o PIB *per capita*. No entanto, irão ser aplicados novos critérios que visam reflectir melhor a realidade concreta de cada região - desemprego dos jovens, níveis de escolaridade inferiores, alterações climáticas e acolhimento e integração de migrantes. O objectivo

é reduzir as disparidades e ajudar as regiões com rendimentos e crescimento inferiores. Serão abrangidas três categorias de regiões:

- Regiões menos desenvolvidas;
- Regiões em transição e
- Regiões mais desenvolvidas.

Prevê-se que os órgãos do poder local, urbano e regional passarão a estar mais envolvidos na gestão de fundos da UE, enquanto o aumento das taxas de co-financiamento irá reforçar a apropriação dos projectos financiados pela UE nas regiões e nos municípios. Pretende-se com esta metodologia aumentar o apoio de estratégias de desenvolvimento dirigidas à escala local.

Outro dos objectivos é simplificar o acesso ao financiamento, com menos burocracia e procedimentos de controlo menos complexos para as empresas e empresários que beneficiam de apoio da EU.

Prevê-se ainda uma flexibilização na utilização dos fundos de modo a permitir uma melhor adequação às especificidades das regiões, nomeadamente:

- **Uma utilização combinada mais fácil do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional com o Fundo Social Europeu+ no quadro de um único projecto.** Tal é especialmente relevante no contexto dos planos de desenvolvimento urbano, para a regeneração de áreas urbanas desfavorecidas.
- **Disposições novas e mais claras para facilitar a combinação de subvenções e de instrumentos financeiros num único projecto,** afectando as subvenções a partes da operação que poderão não gerar receitas. Além disso, o conjunto único de regras também inclui disposições mais claras, permitindo que os fundos possam cobrir uma percentagem mais elevada de risco num produto financeiro. **Tal pode ajudar a atrair fundos privados e a encorajar o investimento em projectos de interesse público.**

Procurar-se -á ainda fomentar a existência de sinergias entre a Política de Coesão e outros programas da UE, apontando-se alguns exemplos para melhor compreensão:

- Os Estados-Membros podem optar por **transferir uma parte dos seus recursos da Política de Coesão para o novo fundo InvestEU**, que racionaliza os instrumentos financeiros existentes no quadro de uma única estrutura, a fim de estimular os investimentos em domínios estratégicos como a investigação e a inovação, as redes digitais e a economia hipocarbónica em toda a Europa. Os Estados-Membros poderão assim ter acesso à garantia prestada pelo orçamento da UE.
- **A concepção de estratégias locais facilitadas de integração para os migrantes e os requerentes de asilo**, centrando-se o Fundo para o Asilo e a Migração nas necessidades a curto prazo à chegada (acolhimento e cuidados de saúde, por exemplo) e os fundos da Política de Coesão no apoio à integração profissional e social a longo prazo.
- O «Selo de Excelência» permite que os projectos avaliados positivamente no âmbito do **Horizonte Europa** sejam financiados a título da Política de Coesão sem serem sujeitos a um novo processo de selecção, desde que sejam coerentes com a estratégia de especialização inteligente da região ou do programa. A título voluntário, os Estados-Membros podem transferir os recursos da Política de Coesão para outro instrumento da UE para financiar um projecto específico; nesse caso, aplicam-se as regras do outro instrumento. Em contrapartida, os Estados-Membros podem também optar por utilizar os seus fundos da Política de Coesão para o financiamento de um projecto seleccionado ao abrigo de outro orçamento da UE; nesse caso, aplicam-se as regras da Política de Coesão.

Assim, a Comissão Europeia pretende reforçar a relação entre a Política de Coesão e o Semestre Europeu, para fomentar um ambiente favorável ao crescimento e às empresas na Europa, de modo a que tanto os investimentos a nível da UE como os investimentos nacionais possam atingir o seu pleno potencial. O apoio desta Política de Coesão reforçada a favor das reformas estruturais irá assegurar uma complementaridade e coordenação com o novo Programa reforçado de Apoio às Reformas Estruturais ■

Perspetiva 2020

Inovação social um novo rumo

A pirâmide demográfica portuguesa mostra-nos uma população envelhecida e fracas tendências de inversão deste cenário. Daqui a algumas décadas seremos confrontados com um esforço ainda maior por parte daquela franja da população ativa que pode contribuir para os que necessitam de maior apoio social possam ter uma qualidade de vida aceitável.

Esta característica da nossa população, agregada ao facto de existirem algumas assimetrias na distribuição da mesma, concretamente entre o litoral e o interior do país, leva-nos constatar que deveremos insistir em soluções estratégicas que possam amenizar estas assimetrias e em simultâneo estimular a coesão territorial e social. Não é nada de novo o que digo mas uma constatação que devemos ter bem presente.

Para este cenário desfavorável que é bastante difícil de contornar, será necessário criar novas dinâmicas que de uma forma convergente entre elas podem contribuir para o amenizar. Creio que uma cada vez maior intensidade de cooperação e interação entre as entidades públicas, as empresas e as entidades da economia social poderá ter um papel relevante. Será então fulcral assumir uma visão alargada do cenário em que esta cooperação e interação entre os sectores seja ponderada, analisada e aplicada de um modo em que a eficiência e a eficácia das intervenções nos territórios sejam constantes e ocorram em índices elevados.

O papel da inovação social na dinâmica referida de cooperação e interação entre os três setores assume-se como relevante na medida em poderá contribuir para encontrar novas soluções e descobrir novas abordagens para a promoção do desenvolvimento e coesão social dos territórios.

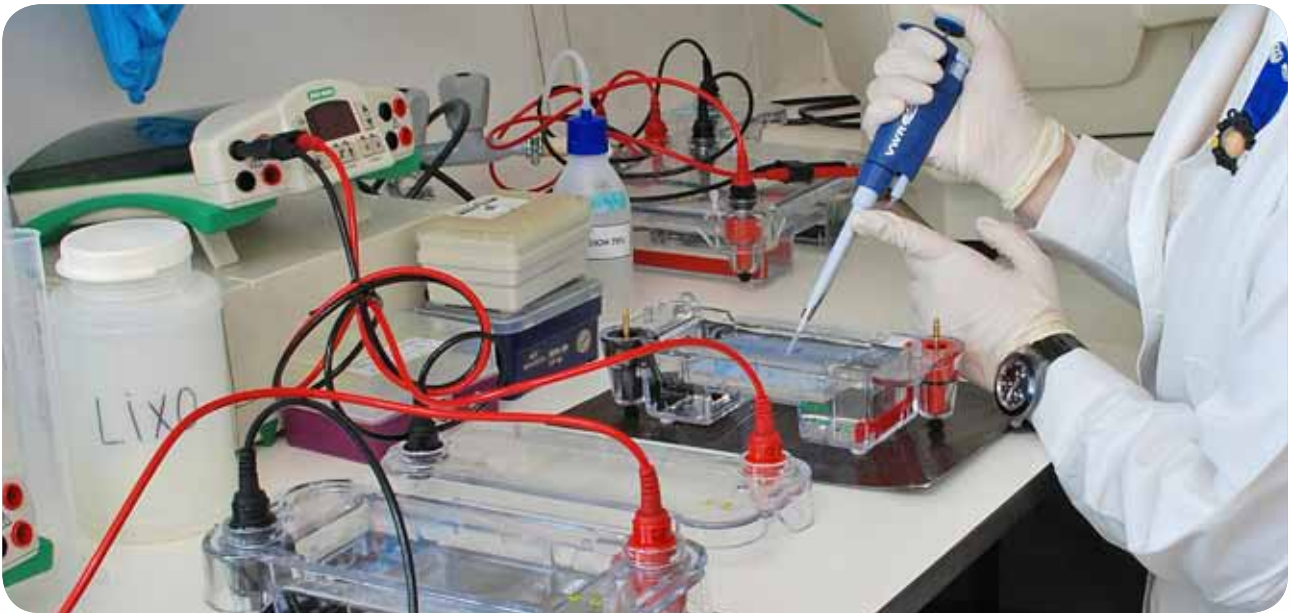
Os problemas sociais sempre foram complexos e persistentes e, na minha opinião, alguns deles serão quase impossíveis de erradicar. São problemas multidimensionais, cujas interações e efeitos nos criam dificuldades para encontrar as suas hipotéticas causas para que as possamos combater. Acresce a esta dificuldade o facto de as sociedades face às suas mudanças, acentuadas pela crescente globalização, se vejam confrontadas com novos problemas e com novas formas de problemas persistentes.

Como poderá então a inovação social apresentar contributos efetivos para o incremento da coesão social e desenvolvimento territorial?

Em boa medida é consensualmente aceite que a inovação no seu sentido lato é fundamental para que as organizações se mantenham vivas e dinâmicas. A inovação social não difere. É necessário incrementar na economia social uma tentativa de mitigar problemas sociais através de novas dinâmicas e de novas abordagens na resposta a esses problemas sociais.

Muitas das respostas públicas existentes e tipificadas funcionam na sua essência de modo semelhante há algumas décadas, apresentando em alguns casos variantes pouco acentuadas. Este facto não as fragiliza em comparação com novas respostas, porém, talvez seja chegado o momento de viragem na procura de novas soluções e no incremento de uma melhoria constante, pois as características da sociedade e das pessoas são hoje muito diferenciadas se comparadas com as duas últimas décadas por exemplo.

Falar em mudança implica sempre um grau de complexidade e de investimento que facilmente se associa ao risco e por este facto muitas das organizações evitam até ao limite enveredar por um caminho que não lhes seja totalmente familiar. Este será sempre um obstáculo difícil de superar mas com alguns apoios e facilitação de acesso a recursos o esforço e o risco poderão ser minimizados.



Aceite a premência da mudança importa talvez clarificar alguma conceptualização, concretamente refiro-me a inovação e empreendedorismo social, conceitos muito relacionados.

Assim, proponho que assumamos que **inovação social** é o resultado da experimentação ou implementação de um projeto diferenciado que gera impacto social positivo, ou seja, que provoca uma melhoria da qualidade de vida ou nas perspetivas de desenvolvimento de um ou vários grupos sociais. E que **empreendedorismo social** é o processo de implementação e desenvolvimento de ideias inovadoras para responder a problemas comunitários, visando um fim social e, frequentemente, também económico. Esta é a conceptualização considerada pela Portugal Inovação Social.

Como ocorre então a inovação social?

Num primeiro momento importa ter na base da construção de um projeto de inovação social um problema social.

Basicamente podemos assumir que um **problema social** consiste num risco de inibição ou inibição efetiva da qualidade de vida ou das perspetivas de desenvolvimento de pelo menos um grupo social atual ou vindouro.

Em termos de construção de uma intervenção afigura-se relevante neste contexto uma parametrização do problema na sua dimensão, escala e territorialidade. Uma análise mais acutilante deve referir se o problema é emergente ou persistente.

Como resposta à tentativa de mitigar ou resolver problemas sociais emergentes ou persistentes deverão ser contruídos projetos que visem intervir de forma inovadora e eficiente sobre um ou vários problemas sociais com o objetivo de gerar impacto social positivo. Surgindo assim uma nova resposta a um problema social, diferenciada das convencionais, com impacto social significativo e eficiente na utilização de recursos.

As respostas criadas em forma de projeto podem ainda revestir-se de diversas formas. Relativamente ao tipo de intervenção estas podem ser diretas ou indiretas, preventivas ou corretivas. Ou seja os projetos desenhados na tentativa de dar resposta aos problemas sociais podem construir os seus objetivos de acordo com esta parametrização.

Sobre a Portugal Inovação Social

A Portugal Inovação Social é uma iniciativa pública nacional, pioneira a nível europeu, que tem como objetivo **promover a inovação e o empreendedorismo social** em Portugal. Apoia projetos que constituam soluções inovadoras para problemas sociais, numa lógica complementar às respostas tradicionais, através da mobilização de Fundos da União Europeia, no âmbito do Portugal 2020.

Para este fim, gere quatro instrumentos de financiamento que se complementam e que acompanham o ciclo de vida dos projetos: *Capacitação para o Investimento Social*, *Parcerias para o Impacto*, *Títulos de Impacto Social* e *Fundo para a Inovação Social*.

A Capacitação para o Investimento Social apoia o desenvolvimento de competências de gestão das equipas envolvidas na implementação de iniciativas de inovação e empreendedorismo social (IIES), com vista a obter maior impacto e torná-las mais preparadas para captar e aplicar investimento de forma eficiente.

Parcerias para o Impacto é um instrumento concebido para apoiar a implementação, crescimento ou expansão de projetos de inovação e empreendedorismo social, através de um modelo de cofinanciamento, em que 30% do investimento deve ser assegurado por investidores sociais, sejam eles empresas, entidades da economia social ou entidades públicas.

Os *Títulos de Impacto Social* destinam-se a apoiar, através de um mecanismo de **pagamento por resultados**, projetos inovadores orientados para a obtenção de resultados sociais e ganhos de eficiência em áreas prioritárias de política pública, em domínios como o Emprego, Proteção Social, Saúde, Justiça e Educação.

O *Fundo para a Inovação Social* tem como objetivo financiar entidades da economia social ou start-ups com finalidade social que tenham em curso projetos de inovação social, de modo colmatar a resposta insuficiente do setor financeiro às necessidades específicas de financiamento deste tipo de projetos.

A Portugal Inovação Social já mobilizou **12 milhões de euros** em fundos da União Europeia para apoiar a implementação, desenvolvimento e expansão de **137 projetos de inovação social de norte a sul do país**, em áreas como a empregabilidade, a saúde, a inclusão social ou a educação. Em 2018, estimamos disponibilizar um total de **24 milhões de euros** para o financiamento de projetos ao abrigo dos instrumentos Capacitação para o Investimento Social, Parcerias para o Impacto e Títulos de Impacto Social. O Fundo para a Inovação Social deverá iniciar as suas operações muito em breve, com 55 milhões de euros.

Cada projeto apoiado guarda dentro de si histórias com protagonistas reais, para os quais trabalhamos diariamente com o propósito de contribuir para um país mais coeso, mais equilibrado e onde se viva com mais qualidade.

No Alentejo.

De todas as regiões elegíveis, Norte, Centro e Alentejo esta última é aquela onde o número de projetos se apresenta mais reduzido, facto em muito relacionado com as características do território, com uma densidade demográfica e institucional inferior a outras regiões. No entanto a região começa a envolver-se com alguma intensidade com o empreendedorismo e a inovação social e para apoiar o surgimento de novas iniciativas a região está dotada neste momento de algumas incubadoras de projetos de inovação social que irão trabalhar muito alinhadas com os objetivos da Portugal Inovação Social cuja maior intensidade de trabalho irá ocorrer a partir de 2019. Estas incubadoras são também elas projetos de intervenção indireta apoiados pela Portugal Inovação Social.

- Portalegre – Fábrica de inovação e impacto social do Alto Alentejo FAB_IS, promovida pela Santa Casa da Misericórdia de Portalegre.
- Évora – Centro de Inovação Social do Alentejo (CIS – Alentejo) promovida pela Fundação Eugénio de Almeida.
- Beja – Incubadora de inovação social do Baixo Alentejo, promovida pelo Centro Social Nossa Srª da Graça.
- Chamusca – Hivework Social, promovida pela Associação Tempos Brilhantes.

Por fim apresentam-se alguns resultados sobre a dinâmica da Portugal Inovação Social que espelham de alguma forma o trabalho realizado.

7 CONCURSOS: 377 candidaturas | Dotação disponibilizada 32 M€ | Valor solicitado 54 M€ (aproximadamente 170% da dotação)

APROVAÇÕES: 239 candidaturas* | 29,5 M€ | NORTE 114 (15,4 M€) | CENTRO 85 (9,45 M€) | ALENTEJO 32 (3,45 M€) | ALGARVE 8 (1,2 M€)

	Aviso	Norte	Centro	Alentejo	Algarve
Capacitação para o Investimento Social	1º POISE	49 (1,7M€)	41 (1,45M€)	9 (0,35M€)	
Parcerias para o Impacto	1º POISE	22 (3,8 M€)	15 (2,7 M€)	5 (0,5 M€)	
	2º POCH	11 (3,2 M€)	5 (0,5 M€)	3 (0,6 M€)	
	3º POISE	27 (5,1 M€)	21 (3,6 M€)	13 (1,9 M€)	
	4º (POR Algarve)				8 (1,2 M€)
Títulos de impacto Social	1º POISE	2 (0,8 M€)	1 (0,7 M€)		
	2º POCH	3 (0,8 M€)	2 (0,5 M€)	2 (0,1 M€)	
	Total	114 (15,4M€)	85 (9,45M€)	32 (3,45M€)	8 (1,2M€)

Informação reportada a 27 de novembro de 2018.

A Portugal Inovação Social está presente no Alentejo ao abrigo de uma parceria com a CCDD do Alentejo nas suas instalações ■

Artigo da responsabilidade de Francisco Fragoso - Portugal Inovação Social.



Perspetiva 2020

Impacte das novas culturas agrícolas e do regadio na região Alentejo

Embora Portugal seja um país com uma precipitação média anual da ordem dos 700 mm, a distribuição irregular gera problemas de escassez de água no período de Abril a Setembro, com particular incidência no sul e interior centro e norte. Na região a sul, mais exposta à influência mediterrânica e aos ventos quentes e secos do Norte de África a situação é diferente, com maior fragilidade e sensibilidade às alterações climáticas.

Portugal, tal como outros Países da região Mediterrânica, é um dos países mais afectados pela desertificação, sendo o sul e interior do País as zonas de maior susceptibilidade, onde os índices de aridez são mais elevados e os solos apresentam maior risco de erosão. O Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) para o período 2008-2018 reconhece que 32,6% dos solos do território nacional já se encontram “em situação degradada” e esta aridez “atinge a totalidade do interior Algarvio e do Alentejo” (In Público, 16 de Junho de 2017). A diminuição da produtividade biológica devido à desertificação no Interior e no Sul do País, está também associada a uma diminuição da produtividade económica, o que poderá contribuir para acelerar o despovoamento rural.

As expectáveis alterações climáticas, com subidas consideráveis de temperatura e aumento da irregularidade da precipitação, aumentarão ainda mais no futuro a dependência do regadio dos países mediterrânicos. O armazenamento da água e regularização da sua disponibilidade para as culturas agrícolas, abastecimento público e outras actividades económicas, nomeadamente do sector agro-alimentar, constitui, assim, importante contributo para inverter a tendência de despovoamento dos territórios rurais com obtenção de níveis de rendimento que fixem as populações agrícolas, contrariando a progressiva desertificação das regiões do interior.

A expansão da área irrigável assume uma relevância central para a melhoria do desempenho na actividade agrícola e das condições de vida do meio rural, constituindo-se como um instrumento de dinamização económica, de aumento do auto-aprovisionamento agro-alimentar e de incremento das exportações, para além de contribuir de forma decisiva para a fixação das populações nos territórios do interior. O recurso ao regadio assume uma importância decisiva para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas de produção, promovendo a regularização da sua disponibilidade para as culturas e contrariando os processos de desertificação do solo.

Alentejo: passado e presente

O Alentejo corresponde a cerca de 1/3 do território de Portugal Continental, e é uma região caracterizada pela baixa densidade populacional e elevados índices de desertificação humana e de envelhecimento, elevada vulnerabilidade ao processo de desertificação e grande irregularidade ao nível do ciclo hidrológico, com períodos cíclicos de seca. Assim, a carência de água foi sempre um dos principais condicionalismos ao desenvolvimento da região, impedindo a modernização da agricultura e a sustentabilidade do abastecimento público.

O Alentejo mudou muito nas últimas décadas e a imagem actual da região é muito diferente da imagem da região no século passado. Contudo uma característica se mantém: a baixa densidade po-



pulacional e de actividades produtivas. Em 2008 (últimos dados disponíveis na página do Sistema de Informação de Regadio-SIR) a região do Alentejo contribuía com os valores apresentadas no Quadro 1 para a área nacional das seguintes culturas de regadio.

Quadro 1 - Principais culturas de regadio no Alentejo em 2008 (percentagem do total nacional) (Fonte: Sistema de Informação de Regadio-SIR: <http://sir.dgadr.gov.pt/stat>)

Cereais	Florícolas e ornamentais	Forrageiras	Hortícolas e horto-industriais	Oleaginosas	Pequenos frutos	Pomares	Vinha
44,8	50,56	44,48	45,36	94,84	100	26,21	48,82

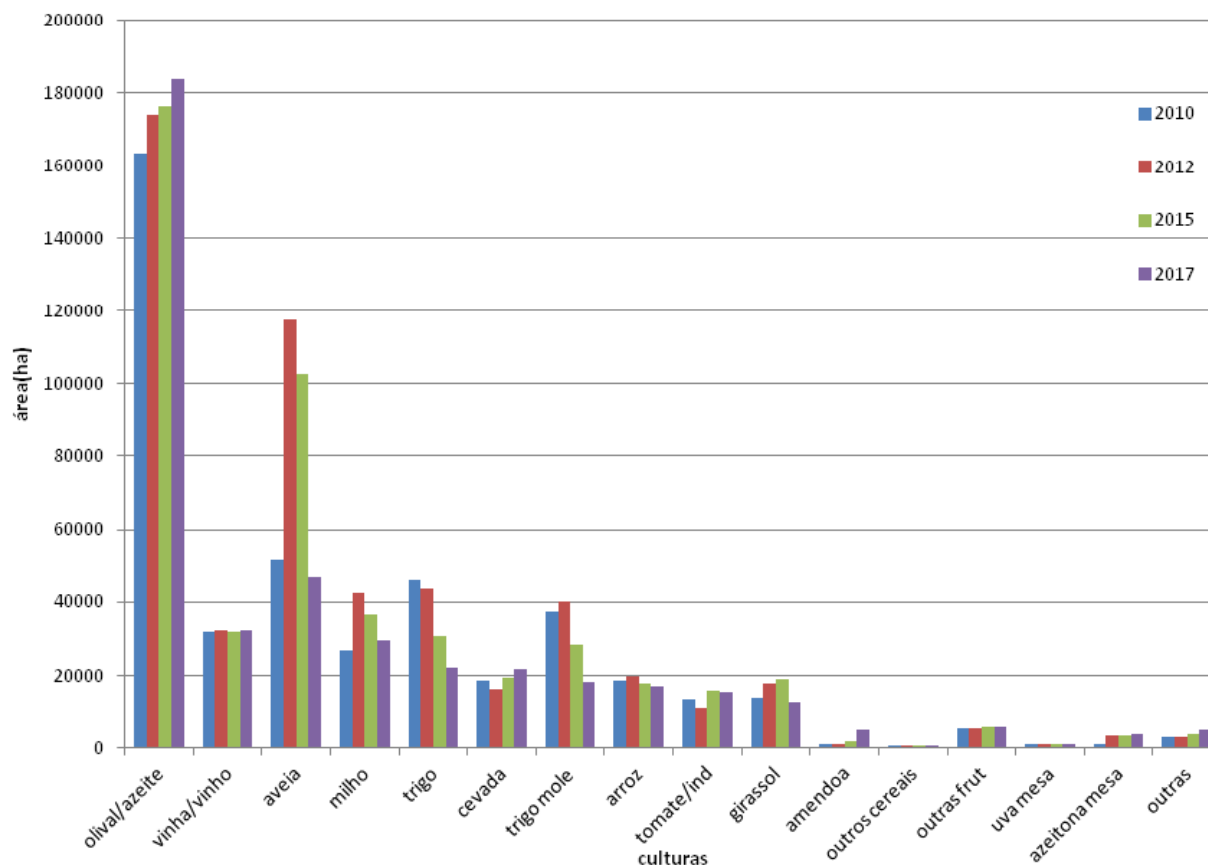
No caso do PROT Alentejo (agosto de 2010) é salientada como potencialidade estratégica para a região os seus recursos hídricos e o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), sendo que a erosão do solo, a desertificação e as características demográficas são identificados como factores de estrangulamento. No contexto destas opções estratégicas também o Plano de Acção do Alentejo para 2020 aposta na **agricultura de regadio** e na sua articulação com a agro-indústria, uma vez que a agricultura de regadio permite a especialização em produtos de maior valor acrescentado.

Nos anos mais recentes, a estrutura agrícola e agro-alimentar tem sido progressivamente alterada como resultado, fundamentalmente, do forte investimento no regadio do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) que abastece 25 aproveitamentos hidroagrícolas e beneficia uma área de cerca de 120.000 hectares, com produções essencialmente de vinha e olival, fruteiras, arvenses como o milho e o girassol, hortícolas, cereais de regadio, entre outras. A Zona de Intervenção de Alqueva (ZIA) tem uma área aproximada de 900 000 mil hectares e a este empreendimento juntam-se as infra-estruturas de regadio entre o Vale da Sorraia e a bacia do Mira e a Bacia do Tejo.

De acordo com dados disponíveis no SIR, a área infra-estruturada na região Alentejo (dados disponíveis em 30-11-2018) (fonte: <http://sir.dgadr.gov.pt/exp-infra>) é de 162334 hectares, sendo os maiores aproveitamentos hidroagrícolas (em termos de área infra-estruturada) o Caia (7237 ha), Mira (12000 ha), Odivelas (12717 ha) e o EFMA (104757 ha). O EFMA é considerado por quase todos um projecto estruturante no Sul de Portugal, um investimento fundamental para promover a alteração do modelo agrícola através da introdução de novas tecnologias e de novos produtos, com base em produções agrícolas e agro-alimentares tecnologicamente evoluídas, de alta produtividade, com sustentabilidade ambiental e orientadas para a exportação.

Como resultado destes importantes investimentos em aproveitamento hidroagrícolas, verificou-se na região Alentejo, sobretudo a partir de 2012 com a entrada em funcionamento do regadio do Alqueva, uma alteração profunda nos sistemas agrícolas, tanto no grau de intensificação de sistemas culturais já existentes, como na introdução de novos sistemas culturais predominantemente de regadio e /ou de novos e inovadores itinerários técnicos. Na Figura 1 é possível verificar a evolução das áreas das principais culturas nos anos de 2010 (antes da entrada em funcionamento do regadio do Alqueva), 2012, 2015 e 2017 (últimos dados disponíveis no INE).

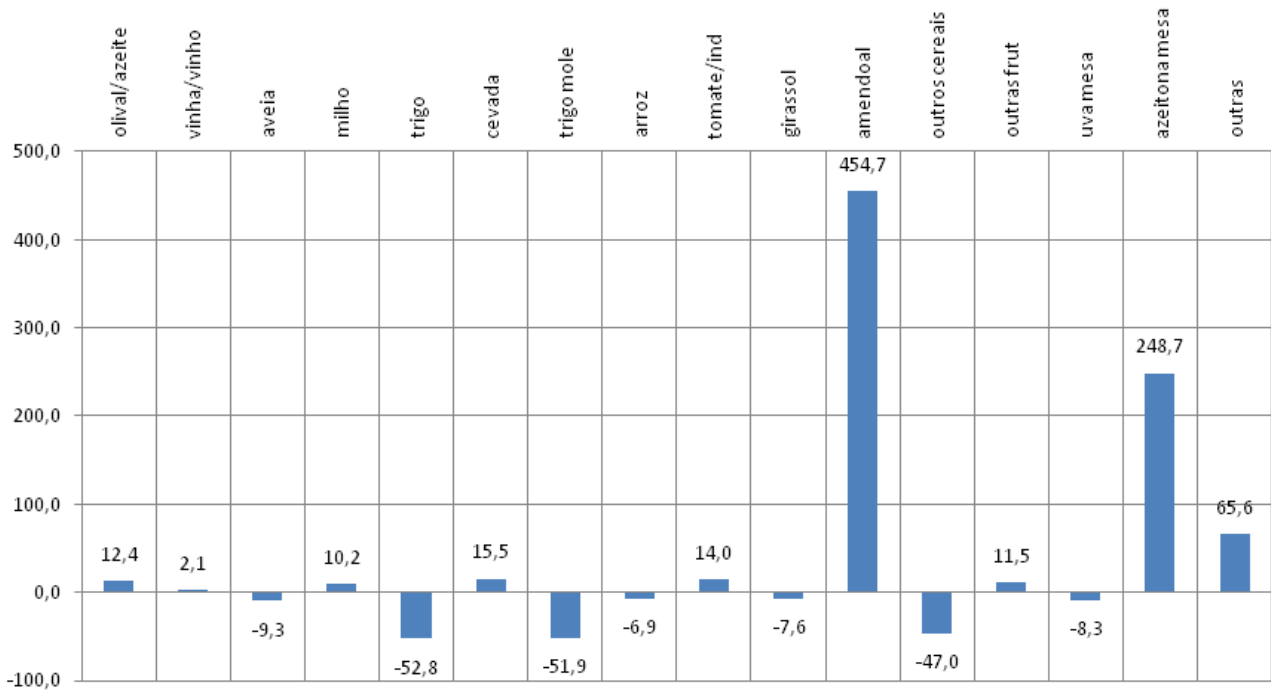
Figura 1 - Áreas por culturas na região Alentejo, nos anos 2010, 2012, 2015 e 2017 (dados do INE). (Nota: a área de olival para azeite indicada no ano 2010, refere-se na realizada á área referida no Recenseamento Agrícola de 2009- INE, 2011).



Da Figura 1 sobressai, de forma nítida e preocupante devido ao baixo nível de auto-suficiência do País, a diminuição significativa das áreas de cereais de outono-inverno (trigo, trigo mole, aveia), com excepção da cevada devido ao projecto de colaboração entre a Maltibérica e os produtores de cevada para malte, e também das áreas de milho, girassol e arroz. Estas variações são mais evidentes na Figura 2, que apresenta as percentagens de variação entre 2010 e 2017. A cultura do milho, encaráda com muito potencial nas áreas regadas do Alentejo, não correspondeu às expectativas, devido aos custos elevados da cultura e à queda constante do preço nos mercados mundiais.



Figura 2 - Variação percentual das áreas das principais culturas entre 2010 e 2017, no Alentejo.



Notório é também o aumento das áreas de olival para azeite e de amendoal (sobretudo em 2017); no caso do olival, mais importante que o aumento da área é a alteração do sistema cultural e a sua intensificação, que permitiu um aumento na produção de azeite de 362265 hl em 2010 para 1089978 hl em 2017, o que corresponde a um aumento de 200%, enquanto que a área de olival para azeite aumentou apenas 12,4% neste mesmo intervalo de tempo. Estes dados demonstram bem o processo de intensificação cultural que se verificou no olival na região Alentejo.

Na área do EFMA foram surgindo novas culturas como a papoila, soja, colza, grão-de-bico, horto-industriais (cebola, ervilha, brócolos, abóbora, melão), mas com expressão pontual e localizada, e sobretudo associadas à contratualização por empresas do sector agro-industrial. A cultura da colza, em particular tem crescido de forma significativa devido à promoção feita pela empresa Sovena, que a utiliza para produção de óleo de colza, que incorpora nos seus óleos alimentares e para a produção de biodiesel. Relativamente às culturas de frutos frescos e de frutos de pequenas bagas (como mirtilos e framboesa), muito importantes na região do Litoral Alentejano, os dados disponíveis no INE referem-se apenas a 2017, sendo, respectivamente 2442 ha e 932 ha.

Em resumo, na última década verificou-se um abandono dos sistemas culturais de sequeiro e a sua substituição por sistemas culturais intensivos de regadio.

O desenvolvimento de sistemas culturais com elevados níveis de intensificação tem originado crescentes e complexos desafios à região, sobretudo em termos de gestão de paisagem e de protecção dos recursos naturais, como o solo e a água, não esquecendo as preocupações com as pragas e doenças emergentes resultantes das alterações climáticas. A utilização do solo com culturas agrícolas intensivas de regadio é frequentemente associada processos de degradação do solo, como a salinização, sobre-exploração dos aquíferos, contaminação do solo por pesticidas e fertilizantes, erosão do solo e alterações da paisagem. Recentemente, e em resposta a preocupações com questões ambientais associadas ao olival intensivo, o Sr. Ministro da Agricultura determinou que o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária promova um estudo mais aprofundado de avaliação comparativa dos diversos tipos de exploração de olival, bem como a apresentação de conclusões e de eventuais recomendações tendentes a mitigar impactos negativos que possam vir a ser detectados.

Também no Litoral Alentejano, onde predominam culturas hortícolas protegidas e ao ar livre, assim como os pequenos frutos em abrigo, são crescentes as preocupações da comunidade com problemas ambientais associados ao nível de intensificação destas culturas. Aqui, as preocupações estão também associadas ao impacto visual destas estruturas sobretudo para o sector do turismo.

O desenvolvimento da agricultura de regadio, com a intensificação cultural que lhe está associada, assim como o abandono progressivo dos sistemas culturais tradicionais do Alentejo, são hoje motivo de debate e de preocupação para os agentes económicos e população em geral.

Alentejo: o futuro?

A realidade (e a história) demonstra que onde há água existem pessoas, e portanto potencialidades para um desenvolvimento económico e social dessa mesma região, reduzindo os riscos de despovoamento e desertificação. É no contexto desta realidade que surge o **Programa Nacional de Regadios**, uma iniciativa do Governo que vai criar mais de 90 mil hectares de regadio até 2022 e que inclui ampliação de 47 000 hectares do EFMA. No Quadro 2 indicam-se as intervenções previstas para o Alentejo no âmbito do referido programa.

Quadro 2 - Intervenções contempladas para o Alentejo no Plano Nacional de Regadios.

	Novo regadio	Modernização	Reforço bombagem	% do valor nacional	Total
Valor (M €)	232.55	50.70	38.85	56.6	317.10

No EFMA existem já expectativas sustentadas de ampliação deste regadio a áreas limítrofes, prevenindo-se que o perímetro seja aumentado em cerca 50 000 ha, sem que com isso seja afectada a garantia de água, mesmo em anos secos. Também no âmbito da PAC pós-2020, as orientações apontam para a Agricultura/florestas como um dos objectivos prioritários de incidência territorial, visando a promoção de um desenvolvimento agrícola competitivo com a valorização do regadio. Assim, é de esperar um aumento das áreas das culturas de regadio na região, sobretudo de fruteiras e olival.

Paralelamente, e no que respeita à área de sequeiro, perspectiva-se uma nova oportunidade – a produção de matérias-primas para biocombustíveis, assente no trigo e na cevada – que alia vantagens de natureza ambiental e económica, trazendo benefícios para o País, para a região e para os produtores. Também os desenvolvimentos tecnológicos e científicos na rega deficitária aplicada aos cereais de outono-inverno podem contribuir para o aumento da produtividade e das áreas destas culturas. A existência de projectos como o “Pão de cereais do Alentejo” e “Pão Com Cereais do Alentejo” abrem perspectivas à recuperação das áreas de sequeiro e à produção de cereais de qualidade.

A evolução tecnológica e a digitalização possibilitam avanços consideráveis em termos de eficiência dos recursos, promovendo uma agricultura inteligente em termos ambientais e climáticos, que reduza o impacto das explorações agrícolas no ambiente e no clima, reforce a resiliência e a saúde do solo e reduza os custos para os agricultores. Temos ao nosso alcance inovações em vários domínios (agronómico, soluções baseadas na natureza, agricultura vertical, zootecnia, biológico, tecnológico, digital, organizacional e relacionados com produtos) que podem servir a multifuncionalidade da agricultura e dos sistemas alimentares, contribuindo para o reforço da protecção ambiental. As novas cadeias de valor do espaço rural, como as energias limpas, a bioeconomia emergente, a economia circular e o ecoturismo, oferecem boas oportunidades de crescimento e emprego nas zonas rurais, e nomeadamente na região Alentejo.

Mas os constrangimentos são também significativos e não devem ser minorados: as restrições dos recursos naturais, com incidência na escassez de água e erosão do solo; as alterações climáticas, com modificação dos padrões de precipitação, subida e variação global das temperaturas, aumento da intensidade e frequência dos fenómenos climáticos extremos, ocorrência e prevalência de (no-

vas) pragas e doenças e riscos de incêndio; o enorme envelhecimento da população rural pelo que a renovação geracional deve tornar-se uma prioridade no novo quadro estratégico; o pagamento de taxas elevadas eléctricas por parte de um sector primário que rega para sobreviver; a compra de propriedade por capital estrangeiro que acede a fundos e apenas liberta valor para as economias nacionais na forma de salários.

É portanto evidente, a necessidade e a urgência em encontrar estratégias que possam dar respostas a estas preocupações, que salvaguardem os valores e os ecossistemas tradicionais mas que em simultâneo conciliem as actividades agrícolas nas zonas de regadio, também elas fundamentais para o desenvolvimento económico e social da região Alentejo.

As políticas públicas para o Alentejo pós 2020 deverão promover a aposta no desenvolvimento competitivo da região, nomeadamente através da concretização e optimização dos perímetros de rega e sistemas culturais de regadio, de investimentos na monitorização e compensação ambiental (solo, água e biodiversidade), na promoção do uso eficiente dos recursos, na modernização e melhoria da competitividade dos sistemas agrícolas de sequeiro, na economia do montado e valorização das fileiras agro-alimentares.

Os desafios que se colocam à região são assim enormes e proporcionais à sua dimensão, abrindo perspectivas únicas ao relançamento do desenvolvimento económico e social, criando condições para um acréscimo efectivo do Produto Interno Bruto regional. Esta vantagem comparativa da região está patente na capacidade de atracção de investimento agrícola e na evolução para culturas de maior valor acrescentado e menores ciclos de produção ■

Artigo da responsabilidade de Maria Margarida Ribeiro Pereira - Professora Coordenadora do IPBeja / Representante do IPBeja no Núcleo Regional de Combate à Desertificação.



O Alentejo no Contexto do Portugal 2020

Síntese de execução dos Programas Operacionais na Região Situação a 30 de setembro de 2018

O Portugal 2020 reúne a atuação dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Este artigo pretende sintetizar a monitorização operacional, territorial e financeira das principais das intervenções dos fundos europeus da coesão no Alentejo, com maior incidência para o Alentejo 2020 – Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020, e para os Programas Operacionais temáticos COMPETE 2020, PO SEUR, PO CH, PO ISE, PDR 2020.

Para a elaboração deste estudo recorreu-se à informação produzida pela AD&C no Reporte Trimestral de Monitorização Territorial, sendo a última referente a 30 de Setembro de 2018. De referir que no presente artigo, por indisponibilidade de informação sobre aprovações do PDR 2020 e MAR 2020, só se entra em linha de conta com os Programas de Coesão.

Operações aprovadas por programa operacional

À data de realização deste estudo, ao nível dos Programas Operacionais com maior relevância em termos de execução e com impacto na Região Alentejo, destacam-se dos demais o Alentejo 2020 e o COMPETE 2020. O Alentejo 2020 é o que apresenta maior número de operações aprovadas (47%) e investimento elegível (39%) e o que mais fundos europeus mobiliza (37%), por sua vez, o COMPETE 2020 é o que apresenta maior valor médio de investimento por projeto (cerca de 835 mil euros/projeto). Vistos em conjunto verifica-se que detêm mais de 61% das operações aprovadas, 68% do investimento elegível aprovado e 62% dos fundos europeus aprovados.

Gráfico 1 - Os Programas Operacionais no Alentejo



Uma visão importante acerca da mobilização de fundos europeus é aquela que é dada pela sua distribuição territorial, esta perspetiva permite constatar, ainda que de forma algo grosseira, algum do impacto que estes têm junto das populações que habitam este vasto território. A observação do gráfico 2, que representa a distribuição dos fundos europeus por NUTS III, permite verificar que a maior parte das operações (cerca de 21%) ocorre na NUTS III Alentejo Central, que também é a mais representativa no que respeita a investimento elegível (23%) e fundo europeu aprovado (23%) para apoiar as operações em curso. Em termos de relevância, a Lezíria do Tejo também assume algum destaque, pois vai representar mais de 21% do investimento elegível e fundo europeu aprovado.

Gráfico 2 - Distribuição das operações e fundos europeus por NUTS III



Ainda faz sentido fazer uma chamada de atenção para o elevado número de operações que não se conseguem territorializar e que abrangem todos os fundos europeus presentes, com particular destaque para o FSE, que representa mais de 2 terços das operações não territorializadas, fruto da génese do fundo em questão e do tipo de beneficiário que dificultam muito a sua afetação territorial. Por sua vez, o FEDER representa 28% das operações e 33% do fundo europeu não territorializado, mas neste caso em função de haver um determinado número de operações que ocorrem simultaneamente em vários territórios.

Programa Operacional Regional - ALENTEJO 2020

Gráfico 3 - O Alentejo 2020 por NUTSIII



O Alentejo 2020 é financiado por dois fundos estruturais, o FEDER e o FSE. O FEDER é o fundo predominante na programação e desta forma não é de estranhar que seja responsável por cerca de 85% das operações aprovadas e por valores que se situam na ordem dos 90% no que diz respeito a investimento elegível, fundo europeu aprovado e pagamentos efetuados. De referir que a informação relativa a pagamentos é apresentada por defeito, pois no documento de referência existe alguma que está sujeita a segredo estatístico o que faz com que os valores apresentados sejam inferiores aos valores reais em cerca de 13%.

A distribuição regional dos fundos europeus ao abrigo deste Programa Operacional evidencia que a NUTS III Alentejo Central se destaca das demais por ter o maior volume de fundos europeus aprovados (25% do total). Observa-se também que existe um grande volume de investimento e de fundos europeus em operações que não se conseguem territorializar e que no seu conjunto representam cerca de 22% dos fundos aprovados para apoiar as operações.

As operações não territorializadas dizem respeito a ambos os fundos presentes neste PO e são particularmente evidentes ao nível das Tipologias de intervenção: Qualificação e Inovação de PME, IFRU do FEDER e Iniciativa Emprego Jovem, Ensino superior (ofertas, igualdade e qualidade) e Formação avançada do FSE, tipologias que estão associadas a operações com beneficiários em várias regiões ou a operações de âmbito regional.

Gráfico 4 – Indicadores de densidade no Alentejo 2020 por NUTSIII



No sentido de se poder fazer alguma avaliação aos impactos que o Alentejo 2020 está a ter na região calculou-se um conjunto de indicadores de densidade que permitem traçar uma retrospectiva do que se está a passar relativamente ao peso dos fundos europeus na região. Desta forma, constata-se que o Alentejo Central apresenta o maior volume de fundos europeus aprovados per capita neste Programa Operacional, que por sua vez dão origem ao maior volume de investimento elegível per capita, no qual representam 68%. Já no que respeita ao volume de investimento por unidade de área, verifica-se que este é maior na Lezíria do Tejo, indiciando uma maior concentração do investimento nesse território. Contudo, quando comparado, o peso dos fundos europeus no investimento elegível é menor na Lezíria do Tejo e no Alentejo Central do que nas restantes NUTS III, nas quais supera os 72%.

Programa Operacional Competitividade e Internacionalização – COMPETE 2020

À semelhança do anterior PO, o COMPETE 2020 também é suportado por vários fundos estruturais, no caso o FEDER, o FSE nas áreas da formação e da capacitação dos serviços públicos e o Fundo de Coesão na área das infraestruturas de transportes.

Nesta altura, de entre todos eles o FEDER é o mais representativo ao atingir valores que variam entre os 86% do número de operações e do fundo aprovado para as apoiar e os 90% do investimento elegível e os 96% dos pagamentos efetuados, indiciando que também é o fundo europeu com maior execução ao nível deste programa.

Gráfico 5 – O COMPETE 2020 por NUTSIII



No diz respeito à distribuição territorial constata-se que este PO temático incide particularmente nas NUTS III Alentejo Central e Lezíria do Tejo que detêm 28% e 25%, respetivamente, do fundo europeu aprovado para apoiar as operações. Tal Indicia que estas duas NUTS III são as mais dinâmicas do ponto de vista empresarial. Saliente-se também o grande número de operações não territorializadas (36% do total) que correspondem essencialmente a operações conjuntas com incidência em várias NUTS II e III, normalmente inseridas nas tipologias: Empreendedorismo qualificado e criativo, Internacionalização das PME, e Formação de empresários e trabalhadores das empresas.

Relativamente aos indicadores de densidade, verifica-se que o Alentejo Central e o Alentejo Litoral são os que apresentam valores mais elevados de investimento elegível per capita e fundo europeu per capita, respetivamente. O mesmo se passa no que respeita aos valores observados por projeto, indiciando claramente uma maior concentração do investimento ao abrigo deste Programa Operacional nestas duas NUTS III. De referir ainda que, no Alentejo Central, apenas 49% do investimento elegível é suportado pelos fundos europeus, quando a média regional deste indicador se situa muito próxima dos 60%.

Gráfico 6 – Indicadores de densidade no COMPETE 2020 por NUTSIII



Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos - PO SEUR

Este programa operacional está alicerçado apenas no Fundo de Coesão. Em termos de distribuição territorial, foge um pouco às distribuições anteriores pois assume a sua maior expressão nas NUTS III Baixo Alentejo, com 29% do investimento elegível e 32% do apoio aprovado; e Alentejo Litoral com 22% do investimento elegível e 25% do fundo europeu destinado a apoiar as operações aprovadas.

Gráfico 7 – O PO SEUR por NUTS III



Saliente-se que a maior parte das operações aprovadas estão inseridas na tipologia Ciclo Urbano da Água, que mobiliza 72% do fundo europeu aprovado para apoiar as operações deste PO temático. Também se pode referir que a maior parte das operações não territorializadas estão enquadradas na Tipologia Eficiência Energética nas Habitações.

No que respeita aos indicadores de densidade calculados, observa-se que o Baixo Alentejo e o Alentejo Litoral são os que apresentam valores mais elevados de investimento elegível per capita e fundo europeu per capita, claramente indicativos de um investimento mais elevado por habitante nestas NUTS III. Já relativamente aos valores observados por unidade territorial, estes revelam-se mais elevados na Lezíria do Tejo e no Alentejo Litoral indiciando uma maior concentração do investimento ao abrigo deste Programa Operacional nestas duas NUTS III. De salientar que, em quatro das cinco NUTS III do Alentejo, excetua-se a Lezíria do Tejo, o montante de investimento elegível suportado pelos Fundos Europeus é superior a 85%, quando a média regional deste indicador se situa muito próxima dos 77%.

Gráfico 8 – Indicadores de densidade no PO SEUR por NUTSIII



Programa Operacional Capital Humano - PO CH

O PO CH tem o FSE como único fundo europeu financiador.

Gráfico 9 – O PO CH por NUTS III



No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, nota-se que a NUTS III Lezíria do Tejo se destaca das demais pois é a que apresenta maior número de operações aprovadas (20%), de Investimento elegível (25%) e de fundo europeu mobilizado para as apoiar (25%). Merece destaque também o elevado número de operações e de fundo europeu mobilizado em operações não territorializadas (23%), que estão muito ligadas à génese deste PO que dificulta a afetação das operações ao território. As tipologias de intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são: Ensino superior (ofertas, igualdade e qualidade) e Formação avançada.

Os indicadores de densidade são apresentados e analisados no gráfico 11.

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego - PO ISE

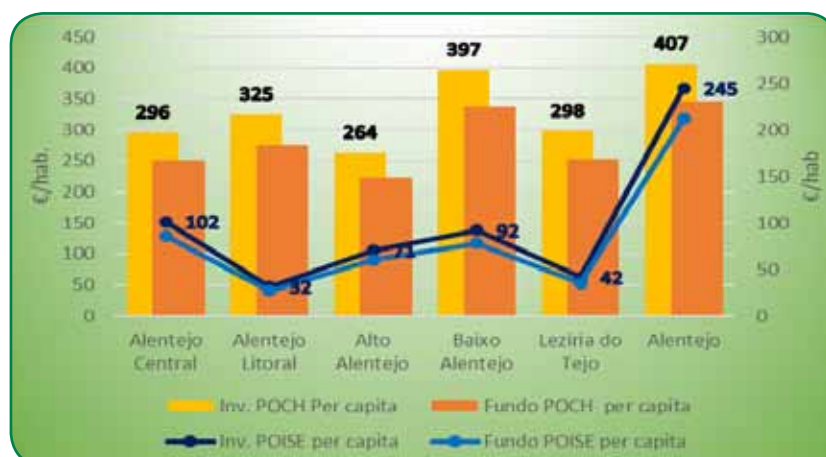
Este programa operacional tem no FSE o único fundo europeu financiador. No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, não se destaca nenhuma NUTS III, todas elas primam por apresentar valores baixos, neste PO as operações não territorializadas constituem a exceção, e assumem predominância com 30% das operações contratadas, bem como o investimento com 72% elegível aprovado e 74% do fundo europeu aprovado para as financiar.

Gráfico 10 – O PO ISE por NUTS III



Esta situação deve-se às tipologias de intervenção que integram este PO que dificultam a afetação das operações ao território. As tipologias de intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são: Integração dos adultos no mercado laboral; Iniciativa Emprego Jovem, e Integração dos jovens no mercado laboral.

Gráfico 11 – Indicadores de densidade no POCH e no POISE por NUTSIII



No que concerne aos indicadores de densidade no caso dos POCH e POISE, uma vez que se tratam de Programas virados para a qualificação das pessoas, optou-se por calcular os indicadores per capita. Em ambos os casos, observa-se que os valores obtidos para a Região são significativamente superiores aos valores das NUTS III, esta situação é motivada pelo facto de existirem em ambos os PO um conjunto muito alargado de operações não territorializadas. No caso do POCH estão contratadas operações que pressupõem um valor de investimento superior a 400 euros por habitante, enquanto que, no que respeita ao POISE, esse valor ascende a cerca de 250 euros/habitante ■

Artigo da responsabilidade de Carlos Almeida, engenheiro, mestre em economia agrícola - Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, CCDR Alentejo.

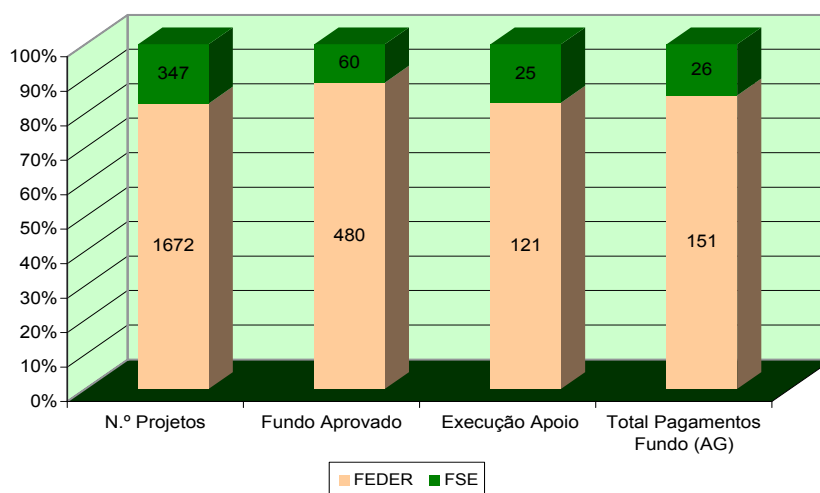
Programa Operacional Regional

Síntese da Execução do Alentejo 2020

Situação a 30 de setembro de 2018

Esta síntese da execução do Alentejo 2020 assenta nos dados disponibilizados pela Autoridade de Gestão do Alentejo 2020, relativos a 30 de setembro de 2018. Estes dados permitem observar que foram aprovados no âmbito do programa um total de 540 milhões de euros de fundos europeus atribuídos a 2.019 operações, sendo que 83% destas e 89% dos fundos europeus foram aprovados no âmbito do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

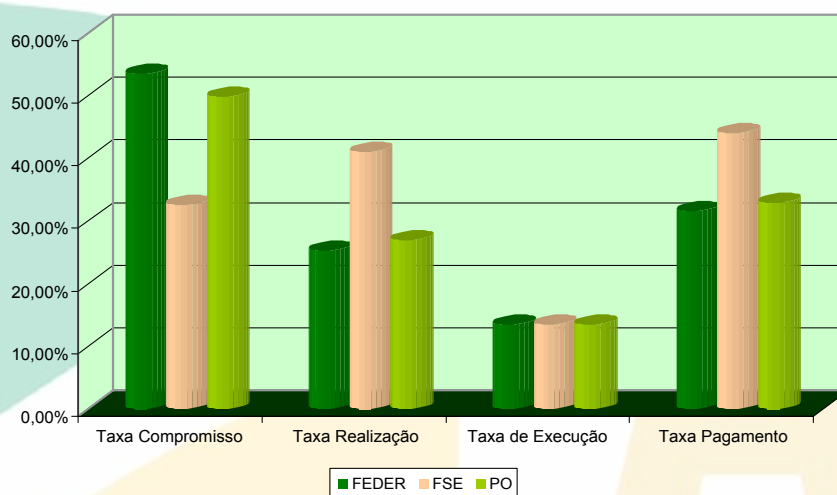
Gráfico – Síntese da execução do ALENTEJO 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Nessa data, encontravam-se executados cerca de 145 milhões de euros, a maior parte deles (83%) no âmbito do FEDER, e foram pagos a promotores perto de 178 milhões de euros.

Gráfico – Indicadores de Execução do ALENTEJO 2020



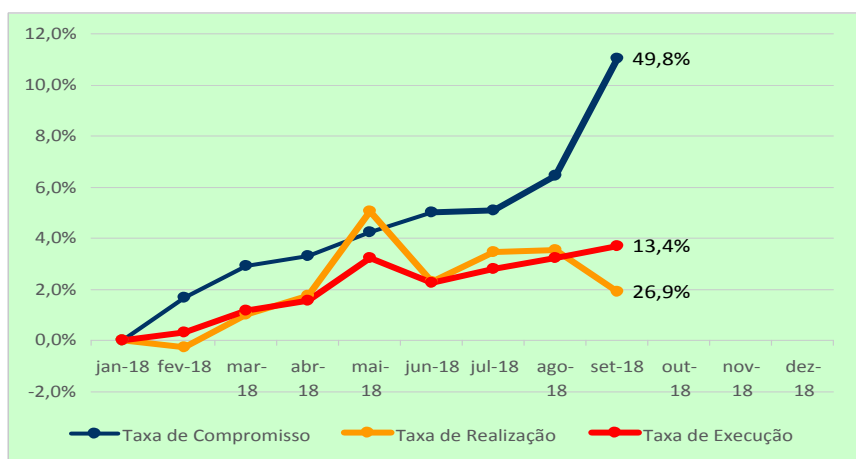
Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

No que concerne à execução do programa, a análise efetuada aos indicadores produzidos, permite constatar que este apresenta uma taxa de compromisso (Fundo Aprovado/ Dotação de Fundo) com valores próximos de 50% e valores mais baixos nas Taxa de Realização (Fundo Executado/Fundo Aprovado) e Taxa de Execução (Fundo Executado/Dotação de Fundo), com valores de 27% e 13%, respetivamente, e valores já consideráveis (33%) na Taxa de Pagamento (Fundo Pago/Fundo Aprovado), com particular destaque para o FSE, cuja taxa se situa próximo dos 44%.

Em termos dos fundos europeus presentes no Alentejo 2020, o FSE – Fundo Social Europeu, destaca-se no que respeita a taxas de realização e de pagamento, devido à sua génese e às normas que lhe estão associadas e que permitem a concessão de adiantamentos aos beneficiários após a aprovação das operações.

A evolução dos indicadores de execução do Alentejo 2020, ao longo do ano de 2018, até 30 de setembro, foi positiva em todos eles, particularmente visível nas taxas de compromisso que cresceram mais de 11% durante o corrente ano, situando-se nesta altura perto dos 50%. Registe-se que, devido ao facto de se terem realizado algumas descativações, as taxas de realização e de execução apresentam algumas variações, mais visíveis ao nível da taxa de realização. Contudo, ambas apresentam acréscimos positivos de 1,9 e 3,7 pontos percentuais, respetivamente. Ao nível da taxa de execução, no último trimestre verificou-se um aumento de 1,46 pontos percentuais, resultante de um esforço de validação que se cifrou em cerca de 16 milhões de euros de fundos europeus no período em análise.

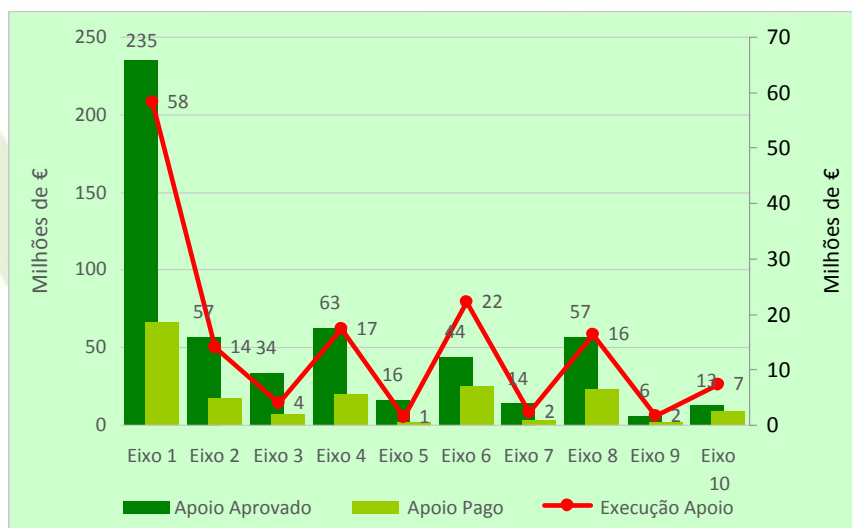
Gráfico – Evolução dos Indicadores de Execução do ALENTEJO 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Ao nível dos Eixos Estratégicos constata-se que cinco deles, 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano, 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável, 6 - Coesão Social e Inclusão e 8 – Ambiente e Sustentabilidade, representam 86% do investimento elegível aprovado neste programa regional. Em 30 de setembro de 2018, esses cinco Eixos representavam 86% dos fundos aprovados, 88% do fundo executado e 87% dos fundos pagos.

Gráfico – Execução do Alentejo 2020 por Eixos Estratégicos

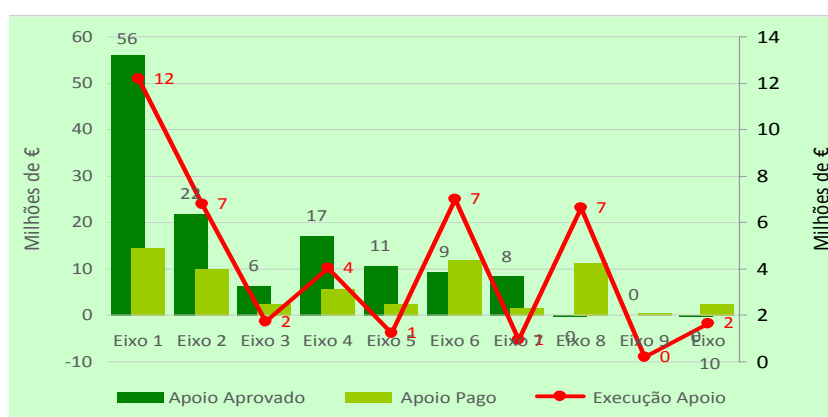


Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

De entre os Eixos Estratégicos mencionados, o destaque vai para o Eixo 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, seja a nível do fundo aprovado (44%), como a nível de fundo executado (40%), e também de fundo pago (38%), continuando a refletir a elevada prioridade atribuída ao domínio temático da Competitividade e Internacionalização e a dinâmica implementada nos Sistemas de Incentivos às Empresas.

A análise de evolução do Alentejo 2020 ao longo de 2018 permite observar que foram aprovadas 663 operações que promoveram a aprovação de cerca de 130 milhões de euros de fundos europeus, valor que representa um acréscimo de 24% relativamente ao final do ano transato. No mesmo período, foram executados mais de 42 milhões de euros de fundos europeus e pagos mais de 61 milhões, valores que, relativamente ao ano anterior, representam acréscimos de 29% e 35%, respetivamente. Neste período, destacou-se dos demais o Eixo 1, que foi o que registou maior acréscimo de fundo aprovado, apoio pago e de execução. De registar que os Eixos 8, 9 e 10 praticamente não registaram aprovações e os Eixos 3, 5, 7, 9 e 10 têm valores muito reduzidos de execução neste ano; os Eixos 7 e 9 também apresentam valores de pagamentos muito baixos.

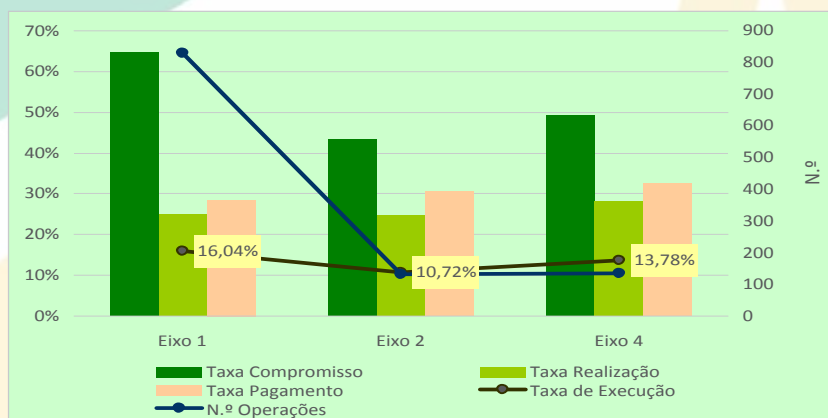
Gráfico – Execução do Alentejo 2020 por Eixos Estratégicos durante o ano de 2018



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Complementarmente, também se fez uma análise dos indicadores de execução ao nível dos três Eixos Estratégicos mais representativos, o 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, que detém a maior dotação de fundos europeus, 2 – Ensino e Qualificação do Capital Humano, que detém a maior dotação de FSE, e 4 – Desenvolvimento Urbano Sustentável. No que respeita à Taxa de Compromisso, verifica-se que o valor máximo observado continua a pertencer ao Eixo 1, com valores próximos dos 65%. Por sua vez, relativamente às Taxas de Realização e Pagamento, os eixos analisados apresentam valores muito similares, destacando-se ligeiramente o Eixo 4, cujos valores se situam nos 28% e 33%, respetivamente.

Gráfico – Indicadores de Execução por Eixo Estratégico



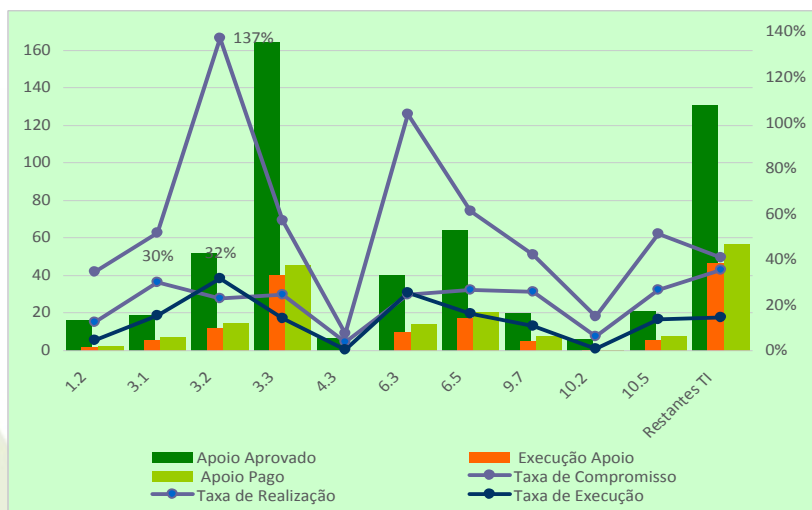
Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

No que concerne à Taxa de Execução, também se destaca o Eixo 1 com um valor de 16%, superior à média do programa (13,4%). A este nível, as diferenças registadas entre estes três eixos (1, 2 e 4) são particularmente evidentes ao nível do fundo comprometido e do número de operações aprovadas, com vantagem para o Eixo 1, que continua a ser o mais dinâmico, uma vez que também é o que apresenta melhores valores de execução.

De referir que todos os Eixos Estratégicos já apresentam valores de execução, se bem que dois deles, o 5 – Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos e 7 – Eficiência Energética e Mobilidade, apresentem taxas ainda reduzidas.

Realizando uma análise semelhante relativamente às dez Prioridades de Investimento mais representativas em termos de dotações previstas no Alentejo 2020, (1.2 – A promoção do investimento [...] das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior...; 3.1 – A promoção do espírito empresarial nomeadamente facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas; 3.2 - O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização; 3.3 – Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, a que tem maior dotação, 4.3 - Concessão de apoio à eficiência energética, 6.3 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural; 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano; 9.7 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local...; 10.2 – Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior; e 10.5 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas).

Gráfico - Indicadores de Execução por Prioridade de Investimento

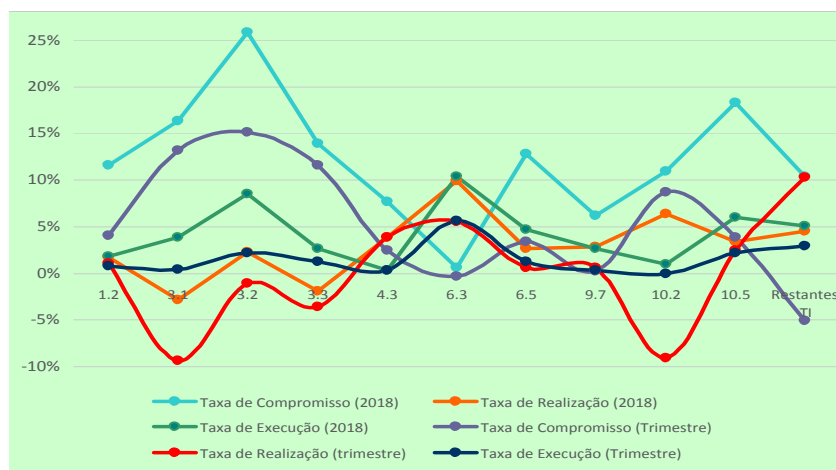


Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Na análise efetuada à execução das diferentes PI no âmbito do Alentejo 2020, destaca-se das demais a PI 3.3, que apresenta maior volume de incentivo aprovado, perto de 165 milhões de euros e maior volume de execução. Contudo, verifica-se que a maior Taxa de Compromisso se encontra na PI 3.2 com 137%, que detém também a maior Taxa de Execução (32%), enquanto a maior Taxa de Realização é detida pela PI 3.1. Além da PI 3.2, apenas a PI 6.3 regista valores de compromisso superiores à dotação prevista no Programa Operacional. No polo oposto, no âmbito das PI com maior dotação de fundos europeus vamos encontrar as PI 4.3 e 10.2 com poucas operações aprovadas, e as 18 e 12 respetivamente, as quais proporcionam taxas de compromisso (8% e 15%), realização (4% e 6%) e de execução (0 e 1%) muito baixas.

De referir ainda que existem mais 3 PI (4.2 – Promoção da eficiência energética, 8.1 – Acesso ao emprego, e 11.2 – Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação) que não foram mobilizadas, pois não apresentam no final do período em análise qualquer operação aprovada.

Gráfico – Execução do Alentejo 2020 por Prioridade de Investimento durante o ano de 2018



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Particularizando a análise por PI para o ano de 2018 e para o terceiro trimestre de 2018, constata-se que as Taxas de Compromisso das várias PI seguem trajetórias semelhantes durante o ano de 2018 e durante o terceiro trimestre, com particular destaque para a PI 3.2, que foi a que mais cresceu, 26 pp em 2018, sendo que 15 pp foram neste trimestre. No polo oposto está a PI 6.3, que praticamente não aumentou o seu nível de compromisso durante o corrente ano. Ao nível das Taxas de Realização, verifica-se que os maiores acréscimos do ano corrente se registam na PI 6.3 com 10 pp, 6 dos quais foram registados no terceiro trimestre. Em sentido oposto, o comportamento que se observa nas PI 3.1, 3.3 e 10.2, que devido às descativações de operações registaram decréscimos nas taxas de realização, as quais são mais evidentes no terceiro trimestre. Por fim, no que respeita às Taxas de Execução, constata-se que seguem um padrão semelhante durante o ano de 2018 e no terceiro trimestre, destacando-se as PI 6.3 com um acréscimo de 10pp, 6pp no terceiro trimestre e a PI 3.2 que regista um aumento de 8pp em 2018, 2pp dos quais no terceiro trimestre. De registar que houve quatro PI (3.1, 4.3, 9.7 e 10.2) que não registaram qualquer execução neste terceiro trimestre, sendo que a PI 4.3 registou uma taxa de execução muito próxima da do ano de 2018 ■

Artigo da responsabilidade de Carlos Almeida, engenheiro, mestre em economia agrícola - Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, CCDR Alentejo.



Programa Operacional Regional

Investimentos em destaque

Ficha de Projecto

Projeto:

LENTIDDEV - uma abordagem molecular à porosidade da cortiça

Beneficiário:

CENTRO DE BIOTECNOLOGIA AGRÍCOLA E AGRO-ALIMENTAR DO ALENTEJO - CEBAL

Concelho (Localização Física da Operação):

Beja

Investimento Elegível Aprovado:

€ 303.088

FEDER Aprovado:

€ 257.625

Descrição:

O principal objetivo do projeto consiste na identificação e validação de marcadores genéticos associados com a porosidade da cortiça. Para além disso, o projeto visa contribuir para o aumento do conhecimento sobre as bases genéticas do desenvolvimento da cortiça, através de uma estratégia integrada que junta transcritómica, metabolómica, genética reversa e genotipagem.

Os objetivos específicos do projeto são: o isolamento das células específicas dos canais lenticulares presentes na cortiça através da técnica de LCM (*Laser Capture Microdissection*) de árvores com cortiça de inferior qualidade (com dados quantitativos da porosidade da cortiça); a sequenciação do transcritoma específico (genes expressos) destas células e identificação de genes com expressão diferencial nos canais lenticulares (que dão origem ao poro na cortiça); a análise de SNP (*single nucleotide polymorphisms*) nos genes identificados na sequenciação do transcritoma específico; a correlação dos dados de transcritoma, análise de SNP e dados de fenótipo (porosidade da cortiça) para identificação de marcadores moleculares candidatos associados com a porosidade da cortiça; a validação funcional dos marcadores moleculares candidatos anteriormente identificados; a validação dos marcadores moleculares identificados numa população alargada de sobreiros cuja qualidade da cortiça se encontra documentada ■

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.



Ficha de Projecto

Projeto:

ValBioTecCynara - Valorização económica do cardo (*Cynara cardunculus*): variabilidade natural e suas aplicações biotecnológicas

Beneficiário:

CENTRO DE BIOTECNOLOGIA AGRÍCOLA E AGRO-ALIMENTAR DO ALENTEJO – CEBAL, UNIVERSIDADE DE ÉVORA, INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E VETERINÁRIA, I.P. e INSTITUTO POLITECNICO DE BEJA

Concelho (Localização Física da Operação):

Beja, Évora e Santarém

Investimento Elegível Aprovado:

€ 696.813

FEDER Aprovado:

€ 592.291

Descrição:

O projeto ValBioTecCynara consiste num projeto de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT), liderado pelo CEBAL – Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-alimentar do Alentejo, em parceria com a Universidade de Évora, o Instituto Politécnico de Beja e o INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária.

Tem por objetivo central o estudo da variabilidade genética do cardo (*Cynara cardunculus*), para posterior identificação de plantas, com determinados perfis bioquímicos, e sua subsequente valorização económica, quer em aplicações tradicionais (fileira do queijo), quer no desenvolvimento de produtos inovadores (área da medicina), de elevado valor acrescentado.

Deste modo, pretende-se promover a valorização económica do cardo, através da avaliação da variabilidade genética natural de populações de cardo presentes no Alentejo. A utilização desse conhecimento, em termos de identificação de perfis bioquímicos desejados para novas aplicações biotecnológicas, aliada à valorização tradicional das flores do cardo, na produção de queijos DOP, aportará um elevado valor acrescentado ao cardo nesta fileira, estando igualmente previsto o estudo e desenvolvimento de novas aplicações científicas na área da medicina, através do aproveitamento das características deste recurso natural.

Como principais resultados, espera-se a obtenção de duas patentes europeias (EPO - European Patent Office) resultantes da investigação científica desenvolvida no âmbito do projeto ■

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.

